

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Adicional à Contribuição ao Serviço Social da Indústria - SESI			Lei	10.453	13/05/2002
Lei	8.029	12/04/1990	Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP		
Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.			Lei	10.336	19/12/2001
Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas			Institui contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural, e álcool combustível e seus respectivos derivados.		
Lei	11.182	27/09/2005	Lei	10.260	12/07/2001
Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC			Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior		
Lei	8.399	07/01/1992	Lei Complementar	101	04/05/2000
Especifica a destinação de recursos, criado pela Lei 7.920, que cria o adicional de tarifa aeroportuária			Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.		
Decreto	98.996	05/03/1990	Lei	9.496	11/09/1997
Da nova redação ao artigo 6 do decreto 76.590, que dispõe sobre os sistemas integrados de transporte aéreo regional			Estabelece critérios para a consolidação e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária, de responsabilidade dos Estados e do DF		
Lei	7.920	12/12/1989	Portaria - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda	167	26/05/1997
Cria o adicional de tarifa aeroportuária			Divulga o montante de recursos a ser entregue (VE) aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, no mês de maio de 1997, referente ao sétimo período de competência (março/1997).		
Decreto	76.590	11/11/1975	Portaria - Ministério da Fazenda	211	24/08/1995
Dispões sobre os sistemas integrados de transporte aéreo regional			Dispõe sobre financiamentos de juros devidos a bancos comerciais estrangeiros.		
Alienação de Bens			Lei	8.727	05/11/1993
Portaria	18	13/04/2010	Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das Administrações dos Estados, do DF e dos Municípios		
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para a aplicação no âmbito da União.			Resolução - Senado Federal	98	23/12/1992
Lei	11.481	31/05/2007	Autoriza a União a celebrar operações de crédito externo, visando reescalonamento e refinanciamento da dívida externa junto a bancos comerciais		
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União			Lei	8.388	30/12/1991
Portaria Interministerial - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Ministério da Fazenda	38	09/03/2004	Estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações dos Estados, DF e Municípios		
Estabelece que a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários serão realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.			Resolução - Senado Federal	20	20/06/1991
Lei	10.696	02/07/2003	Autoriza a União a celebrar operação externa de natureza financeira relativa aos juros da dívida externa		
Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural			Lei	7.976	22/12/1989
Decreto	4.772	02/07/2003	Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa.		
Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696			Decreto	94.442	12/06/1987
Decreto	4.514	13/12/2002	Estabelece procedimentos para a proposta orçamentária de 1988		
Aprova o estatuto social da companhia de abastecimento - CONAB			Decreto-Lei	2.169	29/10/1984
Lei	9.636	15/05/1998	Altera o Decreto-lei nº 1928, que dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira		
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Decreto-Lei	1.928	18/02/1982
Lei	8.171	17/01/1991	Dispõe sobre o pagamento prioritário de débitos decorrentes de compromissos em moeda estrangeira		
Dispõe sobre a política agrícola			Lei	4.320	17/03/1964
Lei	8.025	12/04/1990	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Dispões sobre a alienação de bens imóveis residenciais de propriedade da União, vinculados ou incorporados ao FRHB, situados no DF			Arrendamentos		
Decreto	94.874	15/09/1987	Lei	11.481	31/05/2007
Dispões sobre a estruturação do FUNCAFE			Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União		
Decreto	8.025	19/05/1910	Decreto	3.725	10/01/2001
Abre ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, crédito especial destinado às despesas de fiscalização, ensino e propaganda da cultura do trigo			Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União		
Amortização de Empréstimos			Lei	9.636	15/05/1998
Resolução - Conselho Monetário Nacional do Banco Central do Brasil do Ministério da Fazenda	3.096	25/06/2003	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Institui linha de crédito destinada ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível					
Lei	10.636	30/12/2002			
Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT					

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Decreto-Lei	2.398	21/12/1987	Decreto	3.112	06/07/1999
Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União			Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 9.796, sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes da previdência dos servidores da União		
Decreto-Lei	9.760	05/09/1946	Lei	9.796	05/05/1999
Dispõe sobre os bens imóveis da União			Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União		
Certificação e Homologação da Atividade Mineral					
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21	28/07/2006	Lei	9.783	28/01/1999
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.			Dispõe sobre a contribuição para o custeio da previdência social, dos três Poderes da União.		
Lei	10.743	09/10/2003	Lei	7.998	11/01/1990
Institui no Brasil o sistema de certificação do processo de Kimberley - scpk, relativo a exportação e a importação de diamantes brutos.			Regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial e institui o fundo de amparo ao trabalhador.		
Lei	9.314	14/11/1996	Lei	6.830	22/09/1980
Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).			Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública		
Decreto-Lei	227	28/02/1967	Lei	6.815	19/08/1980
Da nova redação ao decreto-Lei 1.985 (código de minas).			Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o conselho nacional de imigração		
			Constituições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio		
Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Minerais			Portaria - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
Lei	12.351	22/12/2010	Suspende, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos e provimento de cargos públicos	39	25/03/2011
Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal, cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos.			Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC		
Instrução Normativa - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Ministério do Meio Ambiente	9	28/04/2010	Lei	8.212	24/07/1991
Estabelece procedimentos para a obtenção de Autorização de Supressão de Vegetação no interior de Florestas Nacionais, pelo ato de criação da Unidade de Conservação			Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio		
Lei	11.097	13/01/2005	Lei	8.154	28/12/1990
Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.			Altera a Lei 8.029 que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal		
Lei	9.993	24/07/2000	Lei	8.029	12/04/1990
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e para o setor de ciência e tecnologia.			Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.		
Lei	9.985	18/07/2000	Decreto-Lei	2.318	30/12/1986
Regulamenta o art. 225, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza			Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas		
Decreto	2.705	03/08/1998	Decreto-Lei	1.861	25/02/1981
Define critérios para cálculo e cobrança das participações governamentais da Lei 9.478, aplicáveis as atividades com petróleo e gás natural			Altera a legislação referente as contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS a conta de diversas entidades		
Lei	9.478	06/08/1997	Decreto	60.466	14/03/1967
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo			Expede nova regulamentação do artigo 35 da lei 4.863		
Lei	8.001	13/03/1990	Decreto-Lei	8.621	10/01/1946
Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei 7.990, sobre o cálculo de tarifa			Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem		
Lei	7.990	28/12/1989	Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI		
Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.			Lei	8.212	24/07/1991
			Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio		
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores			Lei	8.154	28/12/1990
Lei	10.684	30/05/2003	Altera a Lei 8.029 que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal		
Altera a legislação tributária e dispõe sobre parcelamento de débitos			Lei	8.029	12/04/1990
Medida Provisória	2158-35	24/08/2001	Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.		
Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social, Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Imposto sobre a Renda			Decreto-Lei	2.318	30/12/1986
Lei	9.964	10/04/2000	Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas		
Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis			Decreto-Lei	1.861	25/02/1981
			Altera a legislação referente as contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS a conta de diversas entidades		
			Decreto	60.466	14/03/1967

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Expede nova regulamentação do artigo 35 da lei 4.863			Lei	10.454	13/05/2002
Decreto-Lei	4.048	22/01/1942	Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.		
Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)			Medida Provisória	22.281	06/09/2001
Contribuição e Adicional para o Serviço Social da Indústria - SESI			Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema e altera a legislação sobre a contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica		
Lei	8.212	24/07/1991	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública		
Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio			Medida Provisória	460	31/03/2009
Lei	8.154	28/12/1990	Dá nova redação aos arts. 4º e 8º da Lei Nº 10.931, de 2.08.2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias.		
Altera a Lei 8.029 que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal			Lei	11.652	07/04/2008
Lei	8.029	12/04/1990	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		
Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.			Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		
Decreto-Lei	2.318	30/12/1986	Portaria - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	39	25/03/2011
Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas			Suspende, por tempo indeterminado, os efeitos das portarias de autorização para realização de concursos públicos e provimento de cargos públicos		
Decreto-Lei	1.861	25/02/1981	Lei	10.486	04/07/2002
Altera a legislação referente as contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS a conta de diversas entidades			Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal		
Decreto	60.466	14/03/1967	Lei	7.289	18/12/1984
Expede nova regulamentação do artigo 35 da lei 4.863			Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.		
Decreto-Lei	9.403	25/06/1946	Lei	7.231	23/10/1984
Atribui a Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o serviço social da indústria			Transfere competência do inbra para o ministério da agricultura		
Contribuição e Adicional para o Serviço Social do Comércio - SESC			Decreto-Lei	1.146	31/12/1970
Lei	8.212	24/07/1991	Consolida os dispositivos sobre as contribuições criadas pela Lei 2613, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET		
Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio			Lei	2.613	23/09/1955
Lei	8.154	28/12/1990	Autoriza a União a criar uma fundação denominada serviço social rural		
Altera a Lei 8.029 que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal			Contribuição para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE		
Lei	8.029	12/04/1990	Lei	9.601	21/01/1998
Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.		
Decreto-Lei	2.318	30/12/1986	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP		
Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas			Medida Provisória	2168-40	24/08/2001
Decreto-Lei	1.861	25/02/1981	Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT		
Altera a legislação referente as contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS a conta de diversas entidades			Lei	8.706	14/09/1993
Decreto	60.466	14/03/1967	Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.		
Expede nova regulamentação do artigo 35 da lei 4.863			Contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR		
Decreto-Lei	9.853	13/09/1946	Lei	10.256	09/07/2001
Atribui a Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o serviço social do comércio			Dispõe sobre a contribuição devida pela agroindústria como sendo produtor rural pessoa jurídica.		
Contribuição para Custeio das Pensões Militares			Lei	9.528	10/12/1997
Decreto	4.307	18/07/2002	Organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio e de Benefícios da Previdência Social.		
Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas.			Lei	8.540	22/12/1992
Lei	10.486	04/07/2002	Dispõe sobre a contribuição do empregador rural para a seguridade social e determina outras providências		
Dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal			Lei	8.315	23/12/1991
Lei	3.765	04/05/1960	Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR		
Dispõe sobre as pensões militares			Lei	8.212	24/07/1991
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional			Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio		
Lei	11.437	28/12/2006			
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.					

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Decreto-Lei	1.861	25/02/1981	Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT		
Altera a legislação referente as contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS a conta de diversas entidades					
Contribuição para o Serviço Social da Indústria - SESI					
Lei	8.212	24/07/1991			
Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio					
Decreto-Lei	2.318	30/12/1986			
Dispõe sobre fontes de custeio da previdência social e sobre a admissão de menores nas empresas					
Decreto-Lei	9.403	25/06/1946			
Atribui a Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o serviço social da indústria					
Contribuição para o Serviço Social do Transporte - SEST					
Lei	8.706	14/09/1993			
Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.					
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia					
Lei	10.168	29/12/2000			
Institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação					
Decreto-Lei	4.195	24/03/1942			
Torna sem aplicação 37-00050, em dotação orçamentária do Ministério da Educação, Saúde e abre o crédito especial de igual importância					
Contribuição Previdência para Amortização do Déficit Atuarial					
Portaria - Comissão Nacional de Energia Nuclear do Ministério da Ciência e Tecnologia	49	09/06/2010			
Concede à INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL - INB, a Autorização para Operação Inicial da Fábrica de Combustível Nuclear - FCN					
Lei	10.887	18/06/2004			
Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.					
Lei	9.717	27/11/1998			
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, DF e dos Municípios					
Lei	8.112	11/12/1990			
Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.					
Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa					
Decreto	3.914	11/09/2001			
Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais					
Lei Complementar	110	29/06/2001			
Institui contribuições sociais e autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do FGTS					
Lei	8.844	20/01/1994			
Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao FGTS					
Lei	8.036	11/05/1990			
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.					
Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante					
Emenda Constitucional	44	30/06/2004			
Altera o Sistema Tributário Nacional					
Lei	10.866	04/05/2004			
Acresce alguns artigos com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, DF e municípios da arrecadação no domínio econômico incidente sobre as fontes de energia					
Lei	10.636	30/12/2002			
Emenda Constitucional	33	11/12/2002			
Altera artigos da Constituição Federal 1988.					
Lei	10.336	19/12/2001			
Institui contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural, e álcool combustível e seus respectivos derivados.					
Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais					
Lei	8.313	23/12/1991			
Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.					
Lei	8.167	16/01/1991			
Altera a legislação do imposto sobre a renda relativa a incentivos fiscais e estabelece novas condições operacionais dos fundos de investimentos regionais					
Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas					
Decreto	96.993	17/10/1988			
Regulamenta a lei 7.291, de 19 de Dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades da equideocultura no país.					
Lei	7.291	19/12/1984			
Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país					
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica					
Decreto	7.204	08/06/2010			
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.					
Lei	12.111	09/12/2009			
Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.					
Lei	10.848	15/03/2004			
Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.					
Decreto	3.867	16/07/2001			
Regulamenta a Lei nº 9.991, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética					
Lei	9.991	24/07/2000			
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.					
Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações					
Decreto	3.737	30/01/2001			
Dispõe sobre a regulamentação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das telecomunicações - FUNTTEL.					
Lei	10.052	28/11/2000			
Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.					
Decreto	3.624	05/10/2000			
Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.					
Lei	9.998	17/08/2000			
Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.					
Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas					
Portaria - Ministério da Fazenda	88	31/03/2011			
Fixa, para o exercício de 2011 o limite global anual das importações destinadas à pesquisa científica e tecnológica					
Portaria - Secretaria de Assuntos Estratégicos; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada da Presidência da República.	413	22/10/2010			
Estabelece regras e procedimentos para o primeiro ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional do IPEA-GDAIPEA.					
Portaria - Secretaria Executiva do Ministério da Educação	1.285	27/11/2009			

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Prorroga o prazo de empenho para os órgãos e unidades orçamentárias vinculadas ao Ministério da Educação				Lei	10.637	30/12/2002
Lei	5.768	20/12/1971	Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)			
Altera a Legislação sobre Distribuição Gratuita de Prêmios e Estabelece Normas de Proteção à Poupança Popular				Medida Provisória	2158-35	24/08/2001
Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador				Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social, Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Imposto sobre a Renda		
Decreto	3.914	11/09/2001	Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais	Lei	9.249	26/12/1995
Lei Complementar	110	29/06/2001	Institui contribuições sociais e autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do FGTS	Lei	7.689	15/12/1988
Lei	8.844	20/01/1994	Dispõe sobre a fiscalização, apuração e cobrança judicial das contribuições e multas devidas ao FGTS	Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.		
Lei	8.036	11/05/1990	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição sobre Jogos de Bingo				Decreto	4.543	26/12/2002
Medida Provisória	22	31/08/2001	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.	Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.		
Decreto	3.659	14/11/2000	Regulamenta a autorização e fiscalização de jogos de bingo.	Decreto	4.544	26/12/2002
Lei	9.981	14/07/2000	Institui normas gerais sobre desporto.	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do IPI		
Lei	9.615	24/03/1998	Institui normas gerais sobre desporto.	Lei	10.177	12/01/2001
Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira				Dispõe sobre as operações de que trata a Lei nº 7.827		
Emenda Constitucional	42	19/12/2003	Altera o Sistema Tributário Nacional.	Decreto	3.000	26/03/1999
Lei	9.311	24/10/1996	Institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF	Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza		
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática				Lei	9.532	10/12/1997
Lei	8.387	31/12/1991	Da nova redação a artigos, decretos e leis.	Altera a legislação tributária federal		
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia				Portaria - Ministério da Fazenda	204	12/04/1994
Lei	8.248	23/10/1991	Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação	Dispõe sobre o reconhecimento e o repasse relativos às opções para os fundos de investimentos e programas especiais relativos ao ano-calendário de 1994.		
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões				Lei	8.167	16/01/1991
Lei	8.387	31/12/1991	Da nova redação a artigos, decretos e leis.	Altera a legislação do imposto sobre a renda relativa a incentivos fiscais e estabelece novas condições operacionais dos fundos de investimentos regionais		
Lei	8.248	23/10/1991	Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação	Decreto-Lei	1.455	07/04/1976
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas				Dispõe sobre a bagagem de passageiros procedentes do exterior e estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas		
Medida Provisória	413	03/01/2008	Dispõe sobre medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo	Decreto-Lei	1.437	17/12/1975
Lei Complementar	123	14/12/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.	Dispõe sobre a base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, relativo aos produtos de procedência estrangeira		
				Decreto-Lei	1.179	06/07/1971
				Institui o Programa PROTERRA e altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais		
				Decreto-Lei	1.106	16/06/1970
				Cria o Programa de Integração Nacional e altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais		
				Lei	4.502	30/11/1964
				Dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a diretoria de rendas internas		
				Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP		
				Lei	10.925	23/07/2004
				Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários		
				Lei	10.865	30/04/2004
				Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público		
				Lei	10.637	30/12/2002
				Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM

Lei	9.432	08/01/1997
Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário		

Decreto-Lei	2.404	23/12/1987
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)		

Dividendos

Lei	9.530	10/12/1997
Dispõe sobre a utilização dos dividendos e dos superávits financeiros de fundos e de entidades da Administração Pública Federal Indireta		

Lei	6.404	15/12/1976
Dispõe sobre as Sociedades por Ações		

Emoumentos e Custas Decorrentes de Consultas

Portaria - Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30	30/03/2011
Estabelece os limites de pagamento às Unidades Orçamentárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para pagamento de despesas do exercício de 2011		

Foros

Lei	11.481	31/05/2007
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União		

Decreto	3.725	10/01/2001
Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União		

Lei	9.636	15/05/1998
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		

Decreto-Lei	2.398	21/12/1987
Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União		

Decreto-Lei	9.760	05/09/1946
Dispõe sobre os bens imóveis da União		

Garantias e Avais

Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	2	12/01/2009
Estabelece procedimentos e prazos para solicitação de alterações orçamentárias, no exercício de 2009		

Lei	9.818	23/08/1999
Cria o Fundo de Garantia a Exportação - FGE.		

Decreto	3.113	06/07/1999
Regulamenta a Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC.		

Lei	9.531	10/12/1997
Cria o Fundo de Garantia para Promoção de Competitividade - FGPC.		

Lei	6.704	26/10/1979
Dispõe sobre o seguro de crédito a exportação.		

Lei	5.000	24/05/1966
Dispõe sobre a concessão do aval do tesouro nacional em operação de crédito no exterior.		

Imposto de Parcelamentos - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Constituição do Ouro

Portaria - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	35	23/03/2011
Dispõe sobre a despesa a ser empenhada com diárias, passagens e locomoção pelas unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		

Imposto de Renda nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho

Lei	11.482	31/05/2007
Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física e dispõe sobre a redução a zero da alíquota da CPMF		

Imposto sobre a exportação

Lei	5.172	25/10/1966
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios		

Imposto sobre a Importação

Lei	11.250	27/12/2005
Regulamenta o inciso III do § 4o do art. 153 da Constituição Federal		

Lei	10.684	30/05/2003
Altera a legislação tributária e dispõe sobre parcelamento de débitos		

Medida Provisória	2158-35	24/08/2001
Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social, Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Imposto sobre a Renda		

Lei	9.964	10/04/2000
Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis		

Lei	9.393	19/12/1996
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento de dívida		

Decreto-Lei	37	18/11/1966
Dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os Serviços Aduaneiros		

Lei	5.172	25/10/1966
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios		

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Lei	11.250	27/12/2005
Regulamenta o inciso III do § 4o do art. 153 da Constituição Federal		

Emenda Constitucional	42	19/12/2003
Altera o Sistema Tributário Nacional.		

Lei	9.393	19/12/1996
Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento de dívida		

Lei	5.172	25/10/1966
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios		

Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Medida Provisória	451	15/12/2008
Altera a legislação tributária federal		

Emenda Constitucional	55	20/09/2007
Altera o art. 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.		

Lei	11.482	31/05/2007
Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física e dispõe sobre a redução a zero da alíquota da CPMF		

Lei Complementar	123	14/12/2006
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.		

Lei	11.311	13/06/2006
Altera a legislação tributária federal, modificando algumas Leis		

Lei	11.119	25/05/2005
Altera a Legislação Tributária Federal.		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Decreto	3.000	26/03/1999	Lei	8.078	11/09/1990
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza			Dispõe sobre a Proteção do Consumidor		
Lei	8.981	23/01/1995	Lei	7.853	24/01/1989
Altera a Legislação Tributária Federal			Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.		
Lei	5.172	25/10/1966	Lei	5.869	11/01/1973
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios			Institui o Código de Processo Civil		
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			Integralização do Capital Social		
Decreto	6.339	03/01/2008	Lei	6.404	15/12/1976
Altera as alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF			Dispõe sobre as Sociedades por Ações		
Decreto	6.345	03/01/2008	Laudémios		
Altera o Decreto nº 6.306, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito			Lei	11.481	31/05/2007
Decreto	6.306	14/12/2007	Dispõe sobre a regularização de bens imóveis de interesse social em imóveis da União		
Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF			Decreto	3.725	10/01/2001
Lei	8.894	21/06/1994	Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União		
Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos e Valores Mobiliários			Lei	9.636	15/05/1998
Lei	5.172	25/10/1966	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios			Decreto-Lei	2.398	21/12/1987
Imposto sobre Produtos Industrializados			Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União		
Portaria - Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração Nacional	3	05/04/2011	Decreto-Lei	9.760	05/09/1946
Promove a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.381, de 09 de fevereiro de 2011.			Dispõe sobre os bens imóveis da União		
Portaria - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	35	23/03/2011	Multas e Juros de Mora		
Dispõe sobre a despesa a ser empenhada com diárias, passagens e locomoção pelas unidades do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	18	13/04/2011
Lei Complementar	123	14/12/2006	Modifica as fontes de recursos e os identificadores de uso constantes da Lei nº 12.381, no que concerne ao Senado Federal		
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.			Lei	12.249	11/06/2010
Emenda Constitucional	42	19/12/2003	Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE. Institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira.		
Altera o Sistema Tributário Nacional.			Lei	12.154	23/12/2009
Lei	10.176	11/01/2001	Dispõe sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal		
Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação.			Decreto	6.915	29/07/2009
Lei	9.317	05/12/1996	Regulamenta o art. 33 da Medida Provisória, que trata da parcela dos lucros e dos royalties devidos à União		
Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte e institui o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das mesmas			Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	39	15/06/2009
Lei	8.248	23/10/1991	Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação			Lei	11.941	27/05/2009
Lei	5.172	25/10/1966	Altera a Legislação Tributária Federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários		
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios			Decreto	6.686	10/12/2008
Lei	11.077	19/01/0030	Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6514, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente		
Altera Leis, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação			Medida Provisória	437	29/07/2008
Indenizações e Restituições			Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura		
Lei	10.406	10/01/2002	Decreto	6.514	22/07/2008
Institui o Código Civil			Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.		
Lei	9.636	15/05/1998	Lei	11.705	19/06/2008
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Altera a Lei que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.697	13/06/2008	Decreto	4.382	19/09/2002
Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.			Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	13	19/05/2008	Lei	10.406	10/01/2002
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União			Institui o Código Civil		
Decreto	6.366	30/01/2008	Lei	10.358	27/12/2001
Regulamenta a Medida Provisória nº 415, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais			Altera dispositivos da Lei nº 5.869 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de conhecimento		
Lei	11.437	28/12/2006	Lei	10.336	19/12/2001
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.			Institui contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural, e álcool combustível e seus respectivos derivados.		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	49	15/12/2006	Decreto	3.914	11/09/2001
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União			Dispõe sobre a regulamentação das contribuições sociais		
Lei Complementar	123	14/12/2006	Medida Provisória	22.281	06/09/2001
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.			Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema e altera a legislação sobre a contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica		
Lei	11.382	06/12/2006	Medida Provisória	2.220	04/09/2001
Altera dispositivos da Lei nº 5.869 - Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução			Altera a Lei nº 4.591, instituindo o patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	28	13/09/2006	Medida Provisória	2158-35	24/08/2001
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União			Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social, Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Imposto sobre a Renda		
Lei	11.343	23/08/2006	Medida Provisória	2186-16	23/08/2001
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21	28/07/2006	Lei	10.260	12/07/2001
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.			Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior		
Lei	11.182	27/09/2005	Lei Complementar	110	29/06/2001
Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC			Institui contribuições sociais e autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do FGTS		
Emenda Constitucional	44	30/06/2004	Lei Complementar	109	29/05/2001
Altera o Sistema Tributário Nacional			Dispõe sobre o regime de previdência complementar		
Lei	10.866	04/05/2004	Lei	10.209	23/03/2001
Acresce alguns artigos com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, DF e municípios da arrecadação no domínio econômico incidente sobre as fontes de energia			Institui o Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário		
Decreto	4.942	30/12/2003	Decreto	3.624	05/10/2000
Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar			Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.		
Lei	10.684	30/05/2003	Lei	9.998	17/08/2000
Altera a legislação tributária e dispõe sobre parcelamento de débitos			Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.		
Lei	10.636	30/12/2002	Lei	9.984	17/07/2000
Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas		
Decreto	4.543	26/12/2002	Decreto	3.525	26/06/2000
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.			Regulamenta a implementação do Vale-Pedágio obrigatório sobre o transporte rodoviário de carga		
Decreto	4.544	26/12/2002	Lei	9.966	28/04/2000
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do IPI			Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas		
Emenda Constitucional	33	11/12/2002	Lei	9.964	10/04/2000
Altera artigos da Constituição Federal 1988.			Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis		
Decreto	4.494	03/12/2002	Lei	9.961	28/01/2000
Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito			Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
			Lei	9.933	20/12/1999
			Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrologicos.		
			Decreto	3.179	21/09/1999

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.			Lei	9.472	16/07/1997
Decreto	3.048	06/05/1999	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Aprova o Regulamento da Previdência Social.			Decreto	2.173	05/03/1997
Decreto	3.000	26/03/1999	Aprova o regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social		
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza			Decreto	2.219	05/02/1997
Lei	9.784	29/01/1999	Regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF		
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.			Lei	9.430	27/12/1996
Lei	9.782	26/01/1999	Dispõe sobre a Legislação Tributária Federal, as contribuições para a seguridade social e o processo administrativo de consulta		
Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária			Lei	9.424	24/12/1996
Lei	9.766	19/12/1998	Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério		
Altera a legislação que rege o salário-educação.			Lei	9.393	19/12/1996
Lei	9.756	17/12/1998	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento de dívida		
Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.			Lei	9.317	05/12/1996
Lei	9.711	20/11/1998	Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte e institui o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das mesmas		
Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social INSS			Lei	9.314	14/11/1996
Decreto	2.637	25/07/1998	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas).		
Regulamenta a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI			Lei	9.311	24/10/1996
Lei	9.656	03/06/1998	Institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF		
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.			Decreto	1.832	04/03/1996
Decreto	2.613	03/06/1998	Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.		
Regulamenta o art. 4º da Lei nº 9.062, que trata do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET			Lei	9.096	17/09/1995
Lei	9.639	25/05/1998	Dispõe sobre partidos políticos		
Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais			Lei	9.069	29/06/1995
Lei	9.636	15/05/1998	Cria o Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD		
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Lei	9.019	30/03/1995
Decreto	2.521	20/03/1998	Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e direitos compensatórios		
Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.			Lei	9.017	30/03/1995
Lei	9.614	05/03/1998	Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados a elaboração da cocaína e sus diversas formas		
Altera a Lei n. 7565 - CODIGO BRASILEIRO DE AERONAUTICA, para incluir hipótese de destruição de aeronave			Lei	8.981	23/01/1995
Lei	9.605	12/02/1998	Altera a Legislação Tributária Federal		
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente			Lei	8.953	13/12/1994
Lei	9.537	11/12/1997	Altera dispositivos do Código de Processo Civil relativos ao processo de execução		
Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional			Lei	8.934	18/11/1994
Lei	9.530	10/12/1997	Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins		
Dispõe sobre a utilização dos dividendos e dos superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal Indireta			Lei	8.891	21/06/1994
Decreto	2.338	07/10/1997	Autoriza a contratação de fabricação de papel-moeda		
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.			Lei Complementar	79	07/01/1994
Decreto	2.335	06/10/1997	Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.		
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.			Lei	8.443	16/07/1992
Lei	9.503	23/09/1997	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União		
Institui o Código de Trânsito Brasileiro			Lei	8.383	30/12/1991
Lei	9.478	06/08/1997	Institui a Unidade Fiscal de Referência e altera a Legislação do Imposto de Renda		
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo			Lei Complementar	70	30/12/1991

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social e eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras			Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.		
Lei	8.212	24/07/1991	Lei	6.815	19/08/1980
Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio			Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o conselho nacional de imigração		
Lei	8.213	24/07/1991	Decreto-Lei	1.800	18/08/1980
Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social			Limita a aplicação do artigo 4 do Decreto-Lei 1.742, que dispõe sobre a realização das despesas a conta de recursos vinculados do tesouro nacional, no exercício de 1980		
Lei	8.112	11/12/1990	Decreto-Lei	1.561	13/07/1977
Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.			Dispõe sobre a ocupação de terrenos da União		
Lei	8.078	11/09/1990	Lei	6.404	15/12/1976
Dispõe sobre a Proteção do Consumidor			Dispõe sobre as Sociedades por Ações		
Lei	8.038	28/05/1990	Lei	6.385	07/12/1976
Institui normas procedimentais para processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal			Dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários		
Lei	8.036	11/05/1990	Decreto-Lei	1.455	07/04/1976
Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.			Dispõe sobre a bagagem de passageiros procedentes do exterior e estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas		
Lei	7.998	11/01/1990	Decreto-Lei	1.437	17/12/1975
Regula o programa do seguro-desemprego, o abono salarial e institui o fundo de amparo ao trabalhador.			Dispõe sobre a base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados, relativo aos produtos de procedência estrangeira		
Lei	7.990	28/12/1989	Lei	6.276	08/12/1975
Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.			Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei 221, que dispõe sobre a proteção e estímulos a pesca		
Lei	7.940	20/12/1989	Lei	5.925	01/10/1973
Institui a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários			Retifica dispositivos da Lei nº 5.869, que instituiu o Código de Processo Civil		
Lei	7.754	14/04/1989	Lei	5.869	11/01/1973
Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios			Institui o Código de Processo Civil		
Lei	7.853	24/01/1989	Decreto	62.934	02/07/1968
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.			Aprova o Regulamento do Código de Mineração.		
Lei	7.711	22/12/1988	Decreto-Lei	227	28/02/1967
Dispõe sobre formas de melhoria da Administração Tributária			Da nova redação ao decreto-Lei 1.985 (código de minas).		
Decreto	95.760	01/03/1988	Decreto-Lei	221	28/02/1967
Regulamenta o artigo 3 do Decreto-Lei 2.398			Dispõe sobre a proteção e estímulos a pesca		
Decreto-Lei	2.404	23/12/1987	Lei	5.172	25/10/1966
Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)			Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios		
Decreto-Lei	2.398	21/12/1987	Lei	5.070	06/07/1966
Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União			Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Lei	7.565	19/12/1986	Decreto	57.654	20/01/1966
Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica			Regulamenta a Lei do Serviço Militar		
Lei	7.347	24/07/1985	Lei	4.737	15/07/1965
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente			Institui o Código Eleitoral		
Lei	7.291	19/12/1984	Lei	4.375	17/08/1964
Dispõe sobre as atividades da Equideocultura no país			Lei do Serviço Militar		
Decreto-Lei	2.056	19/08/1983	Lei	4.320	17/03/1964
Dispõe sobre a retribuição dos serviços de registro do comércio			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Decreto-Lei	2.025	30/05/1983	Lei Delegada	4	26/09/1962
Institui a taxa de fiscalização dos produtos controlados pelo Ministério do Exército			Dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo		
Decreto	86.715	10/12/1981	Decreto-Lei	9.760	05/09/1946
Regulamenta a Lei nº 6.815, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração			Dispõe sobre os bens imóveis da União		
Lei	6.938	31/08/1981	Decreto-Lei	5.452	01/05/1943

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho			Lei	8.987	13/02/1995
			Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal		
Decreto-Lei	3.689	03/10/1941			
Código de Processo Penal					
Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND			Outras Receitas Imobiliárias		
Decreto	3.211	18/10/1999	Lei	11.481	31/05/2007
Itera os arts. 4º e 13 do Decreto 193, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)			Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União		
Decreto	2.383	12/11/1997	Decreto	3.725	10/01/2001
Dispõe sobre a concessão, no âmbito do Poder Executivo, dos benefícios com assistência à saúde dos servidores			Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União		
Resolução - Senado Federal	50	09/10/1995	Lei	9.636	15/05/1998
Suspende a execução de dispositivos do Decreto-lei 2.288, de 23.07.86			Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Decreto	193	21/08/1991	Decreto-Lei	2.398	21/12/1987
Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)			Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União		
Decreto-Lei	2.288	23/07/1986	Decreto-Lei	9.760	05/09/1946
Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento, institui empréstimo compulsório para absorção temporária de excesso de poder aquisitivo			Dispõe sobre os bens imóveis da União		
Operações de Crédito			Outras Receitas Industriais		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Altera a classificação da Receita		
Decreto	1.745	13/12/1995	Lei	4.320	17/03/1964
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Operações de Crédito Externas - Contratuais			Outras Receitas Patrimoniais		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Lei	10.406	10/01/2002
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Institui o Código Civil		
Operações de Crédito Internas - Contratuais			Outra Taxas pela Prestação de Serviços		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Portaria - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação	21	31/01/2011
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Publica os resultados do Índice Geral de Cursos do ano de 2009, os resultados do Conceito ENADE 2009 e do Conceito Preliminar de Cursos do ano de 2009		
Outras Receitas Correntes			Outros Serviços		
Lei	4.320	17/03/1964	Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	9	28/04/2005
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Outras Receitas de Capital			Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Lei	6.404	15/12/1976	Altera a classificação da Receita		
Dispõe sobre as Sociedades por Ações			Lei	4.320	17/03/1964
Outras Receitas de Concessões e Permissões			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	9.074	07/07/1995	Participações		
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos			Lei	9.530	10/12/1997
Lei	8.987	13/02/1995	Dispõe sobre a utilização dos dividendos e dos superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal Indireta		
Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal			Lei	6.404	15/12/1976
Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos			Dispõe sobre as Sociedades por Ações		
Lei	8.666	21/06/1993	Prestação de Serviços pelo Banco Central do Brasil		
Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.			Lei	4.595	31/12/1964
Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços			Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias Bancárias e Creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional		
Lei	9.074	07/07/1995			
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos					

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Receita Agropecuária			Lei	9.876	26/11/1999
Decreto-Lei	1.939	20/05/1982	Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213		
Altera a classificação da Receita			Decreto	3.048	06/05/1999
Lei	4.320	17/03/1964	Aprova o Regulamento da Previdência Social.		
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Decreto	3.000	26/03/1999
			Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza		
Receita da Dívida Ativa			Lei	9.781	19/01/1999
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	39	07/05/2010	Institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE		
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União			Lei	9.766	19/12/1998
			Altera a legislação que rege o salário-educação.		
Lei	11.343	23/08/2006	Lei	9.656	03/06/1998
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		
Lei	11.182	27/09/2005	Lei	9.639	25/05/1998
Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC			Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais		
Lei	11.119	25/05/2005	Lei	9.613	03/03/1998
Altera a Legislação Tributária Federal.			Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF		
Lei	10.684	30/05/2003	Lei	9.503	23/09/1997
Altera a legislação tributária e dispõe sobre parcelamento de débitos			Institui o Código de Trânsito Brasileiro		
Lei	10.637	30/12/2002	Lei	9.472	16/07/1997
Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Decreto	4.542	26/12/2002	Lei	9.311	24/10/1996
Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.			Institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF		
Lei	10.454	13/05/2002	Lei	9.289	04/07/1996
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.			Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundos Graus		
Decreto	4.122	13/02/2002	Lei	9.249	26/12/1995
Aprova o regulamento e o quadro demonstrativo dos cargos comissionados e dos comissionados técnicos da Agência Nacional de Transporte Aquaviários			Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido.		
Lei	10.409	11/01/2002	Lei	9.212	22/12/1995
Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos			Autoriza o poder executivo a abrir ao orçamento da seguridade social da união, em favor do ministério do trabalho.		
Lei	10.406	10/01/2002	Lei	9.019	30/03/1995
Institui o Código Civil			Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e direitos compensatórios		
Medida Provisória	2158-35	24/08/2001	Lei	8.981	23/01/1995
Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social, Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Imposto sobre a Renda			Altera a Legislação Tributária Federal		
Medida Provisória	21	24/08/2001	Lei	8.884	11/07/1994
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia.		
Lei	10.260	12/07/2001	Lei Complementar	79	07/01/1994
Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior			Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.		
Lei	10.256	09/07/2001	Lei	8.685	20/07/1993
Dispõe sobre a contribuição devida pela agroindústria como sendo produtor rural pessoa jurídica.			Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual		
Lei Complementar	109	29/05/2001	Lei	8.666	21/06/1993
Dispõe sobre o regime de previdência complementar			Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.		
Lei	9.984	17/07/2000	Lei	8.631	04/03/1993
Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas			Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.		
Lei	9.964	10/04/2000	Lei	8.443	16/07/1992
Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis			Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União		
			Lei	8.429	02/06/1992

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.			Lei	5.172	25/10/1966
Lei	8.398	07/01/1992	Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios		
Dispõe sobre a base de cálculos das contribuições devidas ao FINSOCIAL e ao PIS - PASEP			Lei	5.070	06/07/1966
Lei	8.313	23/12/1991	Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.			Lei	4.477	12/11/1964
Lei	8.212	24/07/1991	Atualiza a contribuição mensal dos ministros do supremo tribunal federal.		
Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio			Lei	4.320	17/03/1964
Lei	8.171	17/01/1991	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Dispõe sobre a política agrícola			Lei	3.058	22/12/1956
Lei	8.112	11/12/1990	Atualiza a contribuição dos ministros do stf para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros.		
Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.			Lei	2.313	03/09/1954
Lei	7.805	18/07/1989	Dispõe sobre os prazos e contratos de depósitos regular e voluntário de bens de qualquer espécie.		
Altera o Decreto-Lei 227, cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira			Decreto-Lei	5.452	01/05/1943
Lei	7.711	22/12/1988	Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho		
Dispõe sobre formas de melhoria da Administração Tributária			Decreto-Lei	3.689	03/10/1941
Lei	7.689	15/12/1988	Código de Processo Penal		
Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.			Decreto-Lei	2.848	07/12/1940
Decreto-Lei	2.411	21/01/1988	Dispõe sobre o Código Penal.		
Da Nova redação ao parágrafo I do Art 29 do Decreto-Lei 1.455			Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de Empréstimos e Financiamentos		
Decreto	94.874	15/09/1987	Portaria Interministerial - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Ministério da Fazenda	38	09/03/2004
Dispõe sobre a estruturação do FUNCAFE			Estabelece que a formação e a manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários serão realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.		
Lei	7.560	19/12/1986	Lei	8.171	17/01/1991
Cria fundo de combate a droga e dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas			Dispõe sobre a política agrícola		
Lei	7.347	24/07/1985	Decreto	94.874	15/09/1987
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente			Dispõe sobre a estruturação do FUNCAFE		
Lei	6.554	21/08/1978	Lei	4.320	17/03/1964
Dispõe sobre novas inscrições de magistrados federais no montepio civil da união.			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	6.437	20/08/1977	Receita da Indústria de Construção		
Configura infrações a Legislação Sanitária Federal e estabelece as sanções respectivas			Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Decreto-Lei	1.455	07/04/1976	Altera a classificação da Receita		
Dispõe sobre a bagagem de passageiros procedentes do exterior e estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas			Lei	4.320	17/03/1964
Lei	6.009	26/12/1973	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Dispõe sobre a utilização e exploração dos aeroportos e das facilidades a Navegação aérea			Receita de Concessão Florestal		
Lei	5.869	11/01/1973	Lei	11.516	28/08/2007
Institui o Código de Processo Civil			Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes		
Decreto	70.235	06/03/1972	Lei	11.284	02/03/2006
Dispõe sobre o processo administrativo fiscal.			Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.		
Lei	5.655	20/05/1971	Lei	9.985	18/07/2000
Dispõe sobre a remuneração legal do Investimento dos Concessionários de Serviços Públicos de Energia Elétrica			Regulamenta o art. 225, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza		
Lei Complementar	8	03/12/1970	Lei	9.984	17/07/2000
Institui o programa de formação do patrimônio do servidor público.			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas		
Lei Complementar	7	07/09/1970			
Institui o programa de integração social.					
Decreto-Lei	37	18/11/1966			
Dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os Serviços Aduaneiros					

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Lei	9.478	06/08/1997	Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo	Receita de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação		
Lei	9.433	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Lei	11.437	28/12/2006
				Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.		
				Lei	9.998	17/08/2000
				Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.		
Receita de Concessões e Permissões				Lei	9.994	24/07/2000
Lei	9.074	07/07/1995	Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos	Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial		
Lei	8.987	13/02/1995	Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal	Lei	9.472	16/07/1997
				Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
				Lei	9.277	10/05/1996
				Autoriza a união a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais		
Receita de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos				Lei	5.070	06/07/1966
Decreto	5.563	11/10/2005	Regulamenta a Lei nº 10.973, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo	Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Lei	10.973	02/12/2004	Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.	Lei Poder Legislativo	5.070	11/11/1926
Lei	10.762	11/11/2003	Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.	Autoriza a abrir um Crédito Especial em virtude de Sentença Judicial		
Lei	10.438	26/04/2002	Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.	Receita de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte		
Lei	9.636	15/05/1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.	Lei	10.233	05/06/2001
Lei	9.427	26/12/1996	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.		
Lei	9.074	07/07/1995	Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos	Decreto	2.521	20/03/1998
Lei	8.987	13/02/1995	Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal	Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.		
Lei	8.666	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em áreas de Domínio Público		
Lei	1.084	16/04/1950	Autoriza a abertura do Crédito Especial para ocorrer a despesas de gratificação de magistério	Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	132	08/10/2010
				Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Receita de Concessões e Permissões - Exploração de Recursos Naturais				Decreto	6.915	29/07/2009
Lei	9.984	17/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas	Regulamenta o art. 33 da Medida Provisória, que trata da parcela dos lucros e dos royalties devidos à União		
Lei	9.478	06/08/1997	Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo	Medida Provisória	2186-16	23/08/2001
Lei	9.433	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado		
				Lei	8.617	04/01/1993
				Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros		
Receita de Concessões e Permissões - Serviços				Receita de Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Vistoria		
Lei	8.987	13/02/1995	Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previsto no Art 175 da Constituição Federal	Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	81	18/12/2008
				Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
				Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral		
				Lei	8.876	02/05/1994
				Autoriza o poder executivo a instituir como autarquia o departamento nacional de produção mineral - DNPM.		
				Lei	8.001	13/03/1990
				Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei 7.990, sobre o cálculo de tarifa		
				Lei	7.990	28/12/1989
				Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Receita de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			Lei	8.617	04/01/1993
Lei	9.984	17/07/2000	Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros		
Receita de Outorga dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros			Receita de Serviços		
Lei	9.433	08/01/1997	Portaria	78	08/12/2009
Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.			Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.		
Lei	10.233	05/06/2001	Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	78	08/12/2009
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.			Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão		
Decreto	2.521	20/03/1998	Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.		
Dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.			Lei	10.406	10/01/2002
Receita de Outorga para Exploração dos Serviços de Energia Elétrica			Institui o Código Civil		
Decreto	7.402	22/12/2010	Lei	9.994	24/07/2000
Dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.			Institui o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial		
Lei	10.848	15/03/2004	Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.			Altera a classificação da Receita		
Lei	10.438	26/04/2002	Lei	5.070	06/07/1966
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.			Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Lei	9.648	27/05/1998	Lei	4.320	17/03/1964
Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	9.074	07/07/1995	Receita do Principal da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira		
Estabelece regras para outorga e prorrogações das Concessões e Permissões de Serviços Públicos			Lei	11.482	31/05/2007
Receita de Parcelamentos-Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social			Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física e dispõe sobre a redução a zero da alíquota da CPMF		
Portaria - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia	35	30/12/2010	Lei	11.312	27/06/2006
Aprova o Documento de Referência do Programa de Apoio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social			Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da CPMF nos casos que especifica.		
Lei	11.196	21/11/2005	Lei	9.311	24/10/1996
Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES			Institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF		
Lei	10.925	23/07/2004	Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP		
Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários			Decreto	6.830	27/04/2009
Lei	10.865	30/04/2004	Regulamenta a Medida Provisória no 458, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais		
Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público			Lei	11.343	23/08/2006
Lei	10.833	29/12/2003	Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.		
Altera a Legislação Tributária Federal			Lei	11.182	27/09/2005
Projeto de Lei Complementar	70	12/11/1995	Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC		
Altera a Lei nº 4.320, que "estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal"			Lei	11.119	25/05/2005
Receita de Planejamentos - Imposto sobre Produtos Industrializados			Altera a Legislação Tributária Federal.		
Lei	5.172	25/10/1966	Lei	10.866	04/05/2004
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios			Acréscie alguns artigos com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, DF e municípios da arrecadação no domínio econômico incidente sobre as fontes de energia		
Receita de Royalties e Participações pela Exploração do Patrimônio Genético			Lei	10.833	29/12/2003
Lei	12.276	30/06/2010	Altera a Legislação Tributária Federal		
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos.			Lei	10.684	30/05/2003
			Altera a legislação tributária e dispõe sobre parcelamento de débitos		
			Lei	10.636	30/12/2002
			Dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e cria o Fundo Nacional de Infra-		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Estrutura de Transportes - FNIT			Lei	9.615	24/03/1998
			Institui normas gerais sobre desporto.		
Lei	10.637	30/12/2002	Lei	9.613	03/03/1998
Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)			Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF		
Lei	10.454	13/05/2002	Lei	9.506	30/10/1997
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.			Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC		
Decreto	4.122	13/02/2002	Lei	9.503	23/09/1997
Aprova o regulamento e o quadro demonstrativo dos cargos comissionados e dos comissionados técnicos da Agência Nacional de Transporte Aquaviários			Institui o Código de Trânsito Brasileiro		
Lei	10.409	11/01/2002	Lei	9.472	16/07/1997
Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos			Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Lei	10.406	10/01/2002	Lei	9.424	24/12/1996
Institui o Código Civil			Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério		
Lei	10.357	27/12/2001	Lei	9.311	24/10/1996
Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica.			Institui a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira - CPMF		
Lei	10.336	19/12/2001	Lei	9.289	04/07/1996
Institui contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural, e álcool combustível e seus respectivos derivados.			Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundos Graus		
Lei	10.260	12/07/2001	Lei	9.249	26/12/1995
Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior			Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido.		
Lei	10.233	05/06/2001	Lei	9.019	30/03/1995
Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.			Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e direitos compensatórios		
Lei Complementar	109	29/05/2001	Lei	8.981	23/01/1995
Dispõe sobre o regime de previdência complementar			Altera a Legislação Tributária Federal		
Lei	9.984	17/07/2000	Lei	8.884	11/07/1994
Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas			Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia.		
Lei	9.981	14/07/2000	Lei	8.685	20/07/1993
Institui normas gerais sobre desporto.			Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual		
Lei	9.964	10/04/2000	Lei	8.666	21/06/1993
Institui o Programa de Recuperação Fiscal - Refis			Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.		
Lei	9.961	28/01/2000	Decreto	774	18/03/1993
Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Regulamenta a Lei 8.631, que dispõe sobre a Fixação do Níveis das Tarifas para o Serviço Público de Energia Elétrica		
Lei	9.876	26/11/1999	Lei	8.631	04/03/1993
Dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213			Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.		
Decreto	3.048	06/05/1999	Lei	8.443	16/07/1992
Aprova o Regulamento da Previdência Social.			Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União		
Decreto	3.000	26/03/1999	Lei	8.436	25/06/1992
Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza			Institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para Estudantes Carentes		
Lei	9.781	19/01/1999	Lei	8.429	02/06/1992
Institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE			Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.		
Lei	9.766	19/12/1998	Lei	8.398	07/01/1992
Altera a legislação que rege o salário-educação.			Dispõe sobre a base de cálculos das contribuições devidas ao FINSOCIAL e ao PIS - PASEP		
Lei	9.656	03/06/1998	Lei	8.313	23/12/1991
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.			Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.		
Lei	9.639	25/05/1998	Lei	8.212	24/07/1991
Dispõe sobre amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais			Dispõe sobre a organização da seguridade social e institui o plano de custeio		
			Lei	8.112	11/12/1990

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.				Aprova a planta e orçamento para construção de desvios novos entre a São Paulo Railway Company Limited e os Armazéns de Inflamáveis da Companhia Docas de Santos		
Lei	8.083	19/10/1990				
Faz a revisão dos orçamentos da União para 1990 e o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos						
Lei	7.805	18/07/1989		Receita Industrial		
Altera o Decreto-Lei 227, cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira				Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	39	15/06/2009
Lei	7.711	22/12/1988		Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Dispõe sobre formas de melhoria da Administração Tributária				Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	39	11/08/2008
Lei	7.689	15/12/1988		Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas.				Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	17	20/04/2007
Decreto-Lei	2.411	21/01/1988		Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Da Nova redação ao parágrafo I do Art 29 do Decreto-Lei 1.455				Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Lei	7.560	19/12/1986		Altera a classificação da Receita		
Cria fundo de combate a droga e dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas				Lei	4.320	17/03/1964
Lei	7.505	02/07/1986		Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.				Receita Patrimonial		
Decreto	92.512	02/04/1986		Lei	11.481	31/05/2007
Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes				Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União		
Lei	7.347	24/07/1985		Decreto	3.725	10/01/2001
Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente				Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União		
Lei	6.554	21/08/1978		Lei	9.636	15/05/1998
Dispõe sobre novas inscrições de magistrados federais no montepio civil da união.				Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Lei	6.437	20/08/1977		Decreto-Lei	2.398	21/12/1987
Configura infrações a Legislação Sanitária Federal e estabelece as sanções respectivas				Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União		
Decreto-Lei	1.455	07/04/1976		Decreto-Lei	9.760	05/09/1946
Dispõe sobre a bagagem de passageiros procedentes do exterior e estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas				Dispõe sobre os bens imóveis da União		
Lei	6.009	26/12/1973		Receitas de Capital		
Dispõe sobre a utilização e exploração dos aeroportos e das facilidades a Navegação aérea				Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Lei	5.869	11/01/1973		Altera a classificação da Receita		
Institui o Código de Processo Civil				Lei	4.320	17/03/1964
Lei	5.655	20/05/1971		Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Dispõe sobre a remuneração legal do Investimento dos Concessionários de Serviços Públicos de Energia Elétrica				Receitas de Contribuições		
Decreto-Lei	37	18/11/1966		Lei	11.482	31/05/2007
Dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os Serviços Aduaneiros				Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física e dispõe sobre a redução a zero da alíquota da CPMF		
Lei	5.070	06/07/1966		Emenda Constitucional	53	19/12/2006
Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.				Trata da Contribuição Salário Educação.		
Lei	4.477	12/11/1964		Lei	11.312	27/06/2006
Atualiza a contribuição mensal dos ministros do supremo tribunal federal.				Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da CPMF nos casos que especifica.		
Lei	3.058	22/12/1956		Lei	10.833	29/12/2003
Atualiza a contribuição dos ministros do stf para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros.				Altera a Legislação Tributária Federal		
Lei	2.313	03/09/1954		Lei	10.832	29/12/2003
Dispõe sobre os prazos e contratos de depósitos regular e voluntário de bens de qualquer espécies.				Altera o § 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário-Educação		
Decreto-Lei	5.452	01/05/1943				
Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho						
Decreto	2.848	21/03/1898				

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Lei	9.766	19/12/1998	Instrução Normativa - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda	4	31/07/1998			
Altera a legislação que rege o salário-educação.								
Lei	9.424	24/12/1996	Dispõe sobre a consolidação das instruções para movimentação dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional e Institucional, para a abertura e manutenção de contas correntes bancárias dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.					
Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério								
Lei	9.322	05/12/1996	Lei	9.027	12/04/1995			
Dispõe sobre a remuneração das disponibilidades do terouro nacional.								
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.								
Remuneração de Depósitos Especiais								
Decreto	92.512	02/04/1986	Lei	9.322	05/12/1996			
Estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes								
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.								
Lei	6.880	09/12/1980	Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados					
Dispõe sobre o Estatuto dos militares								
Lei	6.246	07/10/1975	Lei	9.322	05/12/1996			
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.								
Suspende a vigência do Artigo 1.215 do Código de Processo Civil								
Decreto-Lei	1.305	08/01/1974	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor					
Dispõe sobre as contribuições de que tratam alguns artigos de lei								
Lei	5.787	27/06/1972	Lei	9.717	27/11/1998			
Dispõe sobre a remuneração dos militares								
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, DF e dos Municípios								
Decreto-Lei	828	05/09/1969	Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa					
Institui o fundo de desenvolvimento do ensino profissional marítimo								
Decreto-Lei	6.246	05/02/1944	Lei	9.717	27/11/1998			
Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento de regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, DF e dos Municípios								
Modifica o sistema de cobrança da contribuição devida ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI								
Decreto-Lei	5.452	01/05/1943	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde					
Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho								
Decreto						5.090	20/05/2004	
Receitas de Emissão de certificado de origem e de Emissão de Licença de Exportação						Institui o programa "Farmácia Popular do Brasil".		
Decreto	6.209	18/09/2007	Lei	10.858	13/04/2004			
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.						Autoriza a Fundação Oswaldo Cruz- FIOCRUZ a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.		
Lei	10.683	28/05/2003	Medida Provisória	2177-44	24/08/2001			
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios						Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde.		
Receitas Imobiliárias						Lei	10.259	12/07/2001
Lei	11.481	31/05/2007	Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.					
Dá nova redação a dispositivos de leis e decretos que preveem medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União						Lei	9.656	03/06/1998
Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.						Restituições		
Decreto	3.725	10/01/2001	Lei	9.650	27/05/1998			
Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União						Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do banco central do Brasil.		
Lei	9.636	15/05/1998	Lei	8.112	11/12/1990			
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.						Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União.		
Decreto-Lei	2.398	21/12/1987	Lei	7.913	07/12/1989			
Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União						Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no maercado de valores mobiliários.		
Decreto-Lei	9.760	05/09/1946	Lei	5.172	25/10/1966			
Dispõe sobre os bens imóveis da União						Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios		
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional						Resultado do Banco Central do Brasil		
Lei	11.803	05/11/2008	Lei	11.803	05/11/2008			
Dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007.						Dispõe sobre a utilização do superávit financeiro em 31 de dezembro de 2007.		
Medida Provisória	21	24/08/2001	Medida Provisória	21	24/08/2001			
Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil.								

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil.

Serviços Administrativos

Decreto-Lei 1.939 20/05/1982
Altera a classificação da Receita

Lei 4.320 17/03/1964
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Serviços Agropecuários

Decreto-Lei 1.939 20/05/1982
Altera a classificação da Receita

Lei 4.320 17/03/1964
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Serviços de Armazenagem

Decreto 3.664 17/11/2000
Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Lei 9.973 29/05/2000
Dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários.

Lei 9.972 25/05/2000
Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Lei 8.630 25/02/1993
Dispõe sobre o regime jurídico da exploração organizados e das instalações portuárias.

Lei 8.171 17/01/1991
Dispõe sobre a política agrícola

Serviços de Cadastramento de Fornecedores

Decreto 1.094 23/03/1994
Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.

Serviços de Cadastro da Atividade Mineral

Decreto 98.812 09/01/1990
Regulamenta a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, cria o regime de permissão de lavra garimpeira e extingue o regime de matrícula.

Lei 7.805 18/07/1989
Altera o Decreto-Lei 227, cria o regime de Permissão de Lavra Garimpeira

Lei 6.567 24/09/1978
Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica.

Decreto-Lei 227 28/02/1967
Da nova redação ao decreto-Lei 1.985 (código de minas).

Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações

Lei 9.472 16/07/1997
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.

Serviços de Compensações de Variações Salariais

Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 43 04/09/2008
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.

Lei 10.885 17/06/2004

Altera a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais.

Medida Provisória 2181-45 24/08/2001
Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona.

Lei 10.150 21/12/2000
Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS.

Decreto-Lei 2.406 05/01/1988
Transfere a gestão do fundo de compensação de variações salariais (FCVS).

Serviços de Comunicação

Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 81 18/12/2008
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União

Decreto 3.873 18/07/2001
Altera o art. 61 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.

Lei 9.691 22/07/1998
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.

Decreto 2.338 07/10/1997
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.

Lei 9.472 16/07/1997
Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.

Lei 9.295 19/07/1996
Dispõe sobre os serviços de telecomunicações e sua organização, sobre o órgão regulador.

Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos

Lei Complementar 124 03/01/2007
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.

Lei Complementar 125 03/01/2007
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.

Serviços de Estudos e Pesquisas

Decreto-Lei 1.939 20/05/1982
Altera a classificação da Receita

Lei 4.320 17/03/1964
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Serviços de Fornecimento de Água

Decreto-Lei 1.939 20/05/1982
Altera a classificação da Receita

Lei 4.320 17/03/1964
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Serviços de Geoprocessamento

Lei 8.876 02/05/1994
Autoriza o poder executivo a instituir como autarquia o departamento nacional de produção mineral - DNPM.

Serviços de Hospedagem e Alimentação

Decreto-Lei 1.939 20/05/1982

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Altera a classificação da Receita			Adota ações a serem custeadas com recursos do Orçamento Geral da União destinados ao Ministério do Turismo		
Lei	4.320	17/03/1964	Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Altera a classificação da Receita		
Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas			Lei	4.320	17/03/1964
Decreto-Lei			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Altera a classificação da Receita			Serviços de Registro do Comércio		
Lei	4.320	17/03/1964	Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Altera a classificação da Receita		
Serviços de Informações Estatísticas			Lei	4.320	17/03/1964
Lei	5.534	14/11/1968	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas.			Serviços de Regulamentação da Exploração dos Serviços de Telecomunicações - Regime Privado		
Serviços de Inspeção e Fiscalização			Medida Provisória	22.281	06/09/2001
Lei	7.886	20/11/1989	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema e altera a legislação sobre a contribuição para o desenvolvimento da Indústria cinematográfica		
Regulamenta o art. 43 do "ato das disposições constitucionais transitórias".			Lei	9.472	16/07/1997
Lei	5.172	25/10/1966	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações.		
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios			Lei	5.070	06/07/1966
Serviços de Meteorologia			Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Lei	9.648	27/05/1998	Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação		
Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS			Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Lei	5.966	11/12/1973	Altera a classificação da Receita		
Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial			Lei	4.320	17/03/1964
Serviços de Metrologia e Certificação			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	9.933	20/12/1999	Serviços de Saúde		
Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrológicos.			Portaria - Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.983	05/12/2006
Lei	9.648	27/05/1998	Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC sobre a assistência à saúde suplementar do servidor ativo ou inativo e seus dependentes e pensionistas		
Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação da Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS			Lei	11.302	10/05/2006
Lei	5.966	11/12/1973	Fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial - GDAMP.		
Institui o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial			Lei	8.142	28/12/1990
Serviços de Perfuração e Instalação de Poços			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Decreto-Lei	1.939	20/05/1982	Lei	8.112	11/12/1990
Altera a classificação da Receita			Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.		
Lei	4.320	17/03/1964	Lei	8.080	19/09/1990
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Serviços de Processamento de Dados			Serviços de Transporte		
Lei	4.516	01/12/1964	Medida Provisória	21	27/12/2000
Cria o Serviço Federal de Processamento de Dados, vinculado ao Ministério da Fazenda.			Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil.		
Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferências de Tecnologia			Portaria - Departamento Nacional de Trânsito da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça	38	10/12/1998
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	81	18/12/2008	Acrescenta ao Anexo IV da Portaria nº 01/98 - DENATRAN os códigos das infrações referentes ao Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, instituídos através do Anexo desta Portaria.		
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União			Portaria - Secretaria Executiva do Ministério do Turismo		
Portaria - Secretaria Executiva do Ministério do Turismo	3	26/04/2003			

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Decreto	832	07/06/1993	do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras		
Dispõe sobre a contribuição empresarial devida a seguridade social por clube de futebol profissional e o parcelamento de débitos.					
Decreto	98.973	21/02/1990	Lei	8.727	05/11/1993
Aprova o Regulamento do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos.			Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das Administrações dos Estados, do DF e dos Municípios		
Decreto-Lei	2.434	19/05/1988	Lei	8.036	11/05/1990
Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos na importação de bens,			Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.		
Lei	7.597	14/04/1987	Lei	5.107	13/09/1966
Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, que "dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, bem como sobre o Fundo da Marinha Mercante".			Cria o fundo de garantia por tempo de serviço.		
Lei	7.092	19/04/1983	Serviços Portuários		
Cria o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Bens, fixa condições para o exercício da atividade.			Lei	8.630	25/02/1993
Decreto-Lei	1.939	20/05/1982	Dispõe sobre o regime jurídico da exploração organizados e das instalações portuárias.		
Altera a classificação da Receita			Serviços Recreativos e Culturais		
Decreto-Lei	1.801	18/08/1980	Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Consolida e altera a legislação relativa ao adicional ao frete para remuneração marinha mercante, bem como do fundo de marinha mercante.			Altera a classificação da Receita		
Decreto	80.145	15/08/1977	Lei	4.320	17/03/1964
Regulamento a Lei n.º 6.288, de 11 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a unitização, movimentação e transporte, inclusive intermodal, de mercadorias em unidades de carga.			Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Lei	6.288	11/12/1975	Serviços Tecnológicos		
Dispõe sobre a utilização, movimentação e transporte, inclusive intermodal, de mercadorias em unidades de carga.			Decreto-Lei	1.939	20/05/1982
Lei	5.908	20/08/1973	Altera a classificação da Receita		
Autoriza o poder executivo a transformar o grupo de estudos para a integração da política de transportes em empresa pública.			Lei	4.320	17/03/1964
Decreto-Lei	832	08/09/1969	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.		
Regula a Política Nacional de Viação Ferroviária, fixa atribuições para o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF).			Serviços Veterinários		
Decreto-Lei	37	18/11/1966	Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	39	15/06/2009
Dispõe sobre o Imposto de Importação e reorganiza os Serviços Aduaneiros			Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Lei	4.320	17/03/1964	Serviços Voltados à Inovação e à Pesquisa no Ambiente Produtivo - Instituição Científica e Tecnológica		
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	28	13/09/2006
Decreto	4.097	09/08/1920	Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Autoriza o presidente da república a abrir credito especial para fim de pagar a Joaquim Gonçalves dos Santos o que lhe é devido em virtude de sentença judiciária.			Decreto	5.563	11/10/2005
Serviços Educacionais			Regulamenta a Lei nº 10.973, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo		
Lei	11.494	20/06/2007	Lei	10.973	02/12/2004
Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.		
Lei	9.424	24/12/1996	Tarifa de Compartilhamento e Utilização em Atividades de Pesquisa e Inovação - Instituição Científica e Tecnológica		
Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério			Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	28	13/09/2006
Serviços Financeiros			Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão	13	19/05/2008	Decreto	5.563	11/10/2005
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União			Regulamenta a Lei nº 10.973, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo		
Medida Provisória	2181-45	24/08/2001	Lei	10.973	02/12/2004
Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.		
Medida Provisória	2192-70	24/08/2001	Tarifa de Utilização de Faróis		
Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença					

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Lei	7.920	12/12/1989	dependência física ou psíquica.		
Cria o adicional de tarifa aeroportuária					
Decreto-Lei	1.023	21/10/1969	Taxa de Fiscalização das Telecomunicações		
Dispõe sobre a tarifa de utilização de faróis.			Portaria - Gabinete do Ministro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	43	04/04/2011
Decreto-Lei	34	18/11/1966	Autorizar o afastamento do país de GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES, para participar da "VII Reunião da Rede de Gestão Orçamentária por Resultados"		
Dispõe sobre nova denominação do Imposto de Consumo, altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, extingue diversas taxas.			Lei	11.652	07/04/2008
Tarifa e Adicional sobre Tarifa Aeroportuária					
Lei	9.825	23/08/1999	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		
Dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional.			Lei	5.070	06/07/1966
Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.					
Decreto-Lei	1.800	18/08/1980	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária		
Limita a aplicação do artigo 4 do Decreto-Lei 1.742, que dispõe sobre a realização das despesas a conta de recursos vinculados do tesouro nacional, no exercício de 1980			Lei	9.782	26/01/1999
Lei	6.009	26/12/1973	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária		
Dispõe sobre a utilização e exploração dos aeroportos e das facilidades a Navegação aérea			Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários		
Tarifa pelo Uso do Sistema de transferência de Reserva do Banco Central					
Lei	4.595	31/12/1964	Lei	7.940	20/12/1989
Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias Bancárias e Creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional			Institui a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários		
Tarifa pelo Uso do Sistema do Banco Central					
Lei	4.595	31/12/1964	Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército		
Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias Bancárias e Creditícias e cria o Conselho Monetário Nacional			Lei	10.834	29/12/2003
Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.					
Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos					
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	48	10/09/2009	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação e Operação da Adução de Água		
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita para aplicação no âmbito da União.			Portaria - Conselho Nacional de Justiça	28	31/03/2011
Portaria - Secretaria Executiva do Ministério do Turismo	3	26/04/2003	Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Conselho Nacional de Justiça		
Adota ações a serem custeadas com recursos do Orçamento Geral da União destinados ao Ministério do Turismo			Medida Provisória	437	29/07/2008
Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura					
Tarifas e Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota					
Lei	7.920	12/12/1989	Lei	9.984	17/07/2000
Cria o adicional de tarifa aeroportuária			Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas		
Decreto	86.864	21/01/1982	Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC		
Regulamenta o Decreto-lei nº 1.896, de 17 dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalação e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea.			Lei	12.154	23/12/2009
Decreto-Lei	1.896	17/12/1981	Dispõe sobre a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal		
Dispõe sobre a utilização de instalações e serviços a apoiar e tornar seguro a navegação aérea.			Lei	5.172	25/10/1966
Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios					
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental					
Lei	11.284	02/03/2006	Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica		
Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.			Lei	9.427	26/12/1996
Lei	10.165	27/12/2000	Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.		
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Taxa de Fiscalização sobre a Distribuição Gratuita de Prêmios e Sorteios		
Lei	6.938	31/08/1981	Lei	9.649	27/05/1998
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.		
Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos					
Lei	10.357	27/12/2001	Lei	5.768	20/12/1971
Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem			Altera a Legislação sobre Distribuição Gratuita de Prêmios e Estabelece Normas de Proteção à Poupança Popular		
Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas Instalações - TLC					
Lei			Lei	9.765	17/12/1998
			Institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações.		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Decreto-Lei Abre ao Ministério das Relações Exteriores, Crédito Suplementar a verba que especifica	9.765	06/09/1946	Lei Complementar Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	89	18/02/1997
Taxa de Ocupação de Imóveis			Lei Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados a elaboração da cocaína e sus diversas formas	9.017	30/03/1995
Decreto Legislativo - Congresso Nacional Exclui do Anexo VI da Lei nº 12.214/2010, o Programa de Trabalho 25.607.0294.3390.0029/2009 - IRRIGAÇÃO DE LOTES NA ÁREA DO REASSENTAMENTO, NO ESTADO DA BAHIA - Usina de Itaparica/BA.	11	17/02/2011	Lei Estabelece Normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte	7.102	20/06/1983
Decreto Regulamenta a Lei nº 9.636, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União	3.725	10/01/2001	Taxas pela Prestação de Serviços		
Lei Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.	9.636	15/05/1998	Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão Remaneja os limites de movimentação e empenho de que trata o Anexo I do Decreto no 7.445	17	11/04/2011
Decreto Dispõe sobre a cessão de uso e a administração de imóveis residenciais de propriedade da União	980	11/11/1993	Portaria - Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Estabelece os limites de pagamento às Unidades Orçamentárias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para pagamento de despesas do exercício de 2011	30	30/03/2011
Decreto-Lei Dispõe sobre taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União	2.398	21/12/1987	Emenda Constitucional Altera dispositivos de artigos da Constituição Federal	45	30/12/2004
Lei Complementar Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural	11	25/05/1971	Lei Dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM	10.893	13/07/2004
Decreto-Lei Dispõe sobre os bens imóveis da União	9.760	05/09/1946	Lei Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.	10.870	19/05/2004
Taxa de Saúde Suplementar			Lei Altera e acrescenta dispositivos à Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.	10.149	21/12/2000
Lei Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.	9.961	28/01/2000	Decreto Regulamenta a Lei no 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.	3.664	17/11/2000
Taxa de Serviços Administrativos			Lei Institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.	9.972	25/05/2000
Lei Institui a Taxa de Serviços Administrativos - TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, estabelece preços a serem cobrados pelo Ibama, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental - TFA.	9.960	28/01/2000	Decreto Regulamenta a arrecadação da Taxa Processual e da Taxa de Serviços do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, instituídas pela Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999.	2.978	02/03/1999
Taxa de Serviços Metrológicos			Lei Institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	9.781	19/01/1999
Lei Reajusta os valores de taxa de serviços metrologicos.	10.829	24/12/2003	Lei Dispõe sobre o Imposto de Exportação	9.716	26/11/1998
Lei Dispõe sobre as competências do Conmetro e do Inmetro e institui a Taxa de Serviços Metrológicos.	9.933	20/12/1999	Decreto Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.	1.983	14/08/1996
Taxas de Migração			Lei Dispõe sobre as custas devidas a União, na Justiça Federal de Primeiro e Segundos Graus	9.289	04/07/1996
Lei Complementar Institui o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	89	18/02/1997	Lei Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia.	8.884	11/07/1994
Taxas de Serviços Cadastrais			Lei Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	8.847	28/01/1994
Decreto-Lei Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Rural	57	21/11/1966	Decreto-Lei Dispõe sobre contribuição devida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.989	28/12/1982
Decreto Regulamenta o Estatuto da Terra	55.891	31/03/1965			
Taxas do Departamento de Polícia Federal					
Portaria - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda Divulga a Receita Corrente Líquida - RCL dos últimos doze meses, referente ao 3º quadrimestre de 2010	45	19/01/2011			
Lei Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição	10.826	22/12/2003			

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2012, Art. 9º, inciso IV

Decreto-Lei	1.899	21/12/1981	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			
Institui taxas relativas a atividades agropecuárias de competência do Ministério da Agricultura e das outras providências.						
Lei	6.815	19/08/1980	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu			
Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o conselho nacional de imigração			Lei	9.984	17/07/2000	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas
Lei	6.811	08/07/1980	Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas			
Lei	6.746	12/12/1979	Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS			
Altera disposto em artigos sobre o Estatuto da Terra			Lei	9.648	27/05/1998	Altera dispositivos de Lei e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS
Decreto-Lei	221	28/02/1967	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.			
Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca			Lei	9.433	08/01/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Decreto-Lei	115	25/01/1967	Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei 7.990, sobre o cálculo de tarifa			
Aprova o regimento de custas da justiça do distrito federal.			Lei	8.001	13/03/1990	Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei 7.990, sobre o cálculo de tarifa
Lei	4.375	17/08/1964	Lei	7.990	28/12/1989	Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.
Lei do Serviço Militar						
Decreto-Lei	5.324	16/03/1943				
Abre Crédito Especial ao Ministério da Educação e Saúde para o pagamento a trabalhadores convocados						
Títulos de Responsabilidade do Tesouro						
Decreto	3.859	04/07/2001				
Estabelece as características dos Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna.						
Lei	10.179	06/02/2001				
Dispõe sobre títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional, consolidando a legislação em vigor sobre a matéria.						
Lei Complementar	101	04/05/2000				
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.						
Decreto	578	24/06/1992				
Dá nova regulamentação ao lançamento dos títulos da Dívida Agrária						
Decreto	95.714	10/02/1988				
Dá nova regulamentação à emissão dos títulos da Dívida Agrária						
Lei	4.504	30/11/1964				
Dispõe sobre o Estatuto da Terra.						
Transferências Correntes						
Lei	4.320	17/03/1964				
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.						
Transferências de Capital						
Portaria - Secretaria Executiva do Ministério do Turismo	3	26/04/2003				
Adota ações a serem custeadas com recursos do Orçamento Geral da União destinados ao Ministério do Turismo						
Decreto	4.564	01/01/2003				
Dispõe sobre doações, define o órgão gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e o funcionamento do seu Conselho Consultivo.						
Portaria - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda	447	13/09/2002				
Dispõe sobre normas gerais de registro de transferências de recursos intergovernamentais no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas à consolidação das contas públicas nacionais						
Instrução Normativa - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda		15/01/1997				
Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos.						
Lei	4.320	17/03/1964				

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Legislação Orçamentária - Normas Gerais			Decreto	7.480	16/05/2011
			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.		
Lei	12.465	12/08/2011	Decreto	7.482	16/05/2011
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.		
Decreto	7.445	01/03/2011	Decreto	7.478	12/05/2011
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011.			Cria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC, do Conselho de Governo.		
Decreto	7.446	01/03/2011	Decreto	7.476	10/05/2011
Estabelece, no âmbito do Poder Executivo, limites e procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2011.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República,		
Lei	12.381	09/02/2011	Decreto	7.474	10/05/2011
Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.		
Decreto	7.425	05/01/2011	Decreto	7.471	04/05/2011
Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação da Lei Orçamentária de 2011.			Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.		
Decreto	7.321	30/09/2010	Decreto	7.472	04/05/2011
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional.		
Lei	12.309	09/08/2010	Decreto	7.470	04/05/2011
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Lei	11.653	07/04/2008	Decreto - Presidência da República	7.465	25/04/2011
Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.			Dispõe sobre a Estrutura Regimental da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	9	27/06/2001	Medida Provisória	527	18/03/2011
Dispõe sobre a classificação orçamentária por natureza de receita.			Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.		
Portaria Interministerial - Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Secretaria do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	163	04/05/2001	Lei	12.393	04/03/2011
Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.			Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.		
Portaria - Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	19/02/2001	Lei	12.382	25/02/2011
Dispõe sobre a classificação orçamentária por fontes de recursos.			Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.		
Lei	10.180	06/02/2001	Decreto	7.442	17/02/2011
Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo.			Transfere a Secretaria de Administração e da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência da República.		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Medida Provisória	524	28/01/2011
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.		
Portaria - Ministério de Orçamento e Gestão	42	14/04/1999	Decreto	7.434	21/01/2011
Atualiza a discriminação da despesa por funções, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.		
Decreto	93.872	23/12/1986	Decreto	7.430	17/01/2011
Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional.			Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça.		
Decreto-Lei	200	25/02/1967	Decreto	7.427	13/01/2011
Dispõe sobre a organização da Administração Federal.			Dá nova redação ao Decreto no 7.426, que dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.		
Lei	4.320	17/03/1964	Lei	12.380	10/01/2011
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único e dá outras providências.		
Administração			Decreto	7.426	07/01/2011
Decreto	7.495	07/06/2011	Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD para o Ministério da Justiça, bem como sobre remanejamento de cargos.		
Dispõe sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.			Decreto	7.424	05/01/2011
Decreto	7.493	02/06/2011	Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.			Medida Provisória	517	30/12/2010
Decreto Legislativo	137	02/06/2011	Dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências.		
Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Tapajós.			Decreto	7.392	13/12/2010
Decreto Legislativo - Congresso Nacional	136	26/05/2011	Aprova a Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.		
Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.388	09/12/2010	Decreto	7.191	31/05/2010
Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.			Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.386	08/12/2010	Decreto	7.187	27/05/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.			Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.		
Decreto	7.375	29/11/2010	Decreto	7.185	27/05/2010
Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2011 das empresas estatais federais.			Dispõe sobre o padrão de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação.		
Decreto	7.364	23/11/2010	Decreto	7.180	20/05/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.			Dispõe sobre o Programa de Dispêndios Globais - PDG de empresas estatais federais para 2010.		
Decreto	7.353	04/11/2010	Decreto	7.174	12/05/2010
Aprova respectivamente, as Estruturas Regimentais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.			Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.		
Decreto	7.331	19/10/2010	Decreto	7.166	05/05/2010
Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social.			Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor.		
Decreto	7.304	22/09/2010	Decreto	7.161	29/04/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.			Autoriza a permuta de ações entre a União e entidades da Administração Federal.		
Medida Provisória	503	22/09/2010	Lei	12.232	29/04/2010
Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.			Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.		
Decreto	7.301	14/09/2010	Medida Provisória	487	23/04/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.			Trata de subvenção econômica ao BNDES, dívidas dos Estados, participações societárias da União e emissão de títulos da dívida pública.		
Decreto	7.294	06/09/2010	Decreto	7.152	09/04/2010
Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional.			Aumenta o capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e altera o seu Estatuto Social.		
Decreto	7.280	31/08/2010	Decreto	7.157	09/04/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Lei	12.314	16/08/2010	Decreto	7.134	29/03/2010
Altera as Leis nos 10.683, 8.745 e 8.029; revoga dispositivos da Lei no 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências			Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.		
Decreto	7.256	04/08/2010	Decreto	7.141	29/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.			Regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional.		
Decreto	7.255	04/08/2010	Decreto	7.132	19/03/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.			Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.		
Lei	12.304	02/08/2010	Decreto	7.133	19/03/2010
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.			Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das mesmas.		
Medida Provisória	493	02/07/2010	Decreto	7.128	11/03/2010
Altera o Anexo I da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para modificar a divisão por níveis da Carreira de Diplomata, extingue cargos de Assistente de Chancelaria e autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado.			Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Lei	12.277	30/06/2010	Decreto	7.125	03/03/2010
Dispõe sobre a remuneração de diversos cargos da Administração Pública Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.221	29/06/2010	Decreto	7.120	26/02/2010
Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.			Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, constantes do Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2009.		
Lei	12.269	21/06/2010	Decreto	7.113	19/02/2010
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB.		
Decreto	7.213	15/06/2010	Decreto	7.063	13/01/2010
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Decreto	7.212	15/06/2010	Decreto	7.028	09/12/2009
Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.			Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.		
Decreto	7.211	11/06/2010	Lei	12.094	19/11/2009
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.203	04/06/2010	Decreto	6.997	04/11/2009
Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.			Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2010 das		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

empresas estatais federais.

Decreto	6.967	29/09/2009	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.	5.151	22/07/2004
Decreto			Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.958	14/09/2009	Decreto	5.108	17/06/2004
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a compensação de faltas ao serviço em decorrência de paralisação de servidores públicos.		
Decreto	6.944	21/08/2009	Decreto	4.939	29/12/2003
Dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.			Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais relativas à manutenção dos órgãos.		
Decreto	6.931	11/08/2009	Decreto	4.915	12/12/2003
Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.			Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.		
Lei	11.958	26/06/2009	Lei	10.769	19/11/2003
Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.			Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.811	31/03/2009	Lei	10.698	02/07/2003
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal.		
Lei Complementar	129	08/01/2009	Decreto	4.734	11/06/2003
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua natureza jurídica, objetivos e área de atuação.			Delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para praticar atos de provimento no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.712	24/12/2008	Decreto	4.553	27/12/2002
Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.697	17/12/2008	Decreto	4.166	13/03/2002
Extingue cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.			Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.		
Decreto	6.657	20/11/2008	Decreto	4.050	12/12/2001
Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados.			Dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Lei	11.784	22/09/2008	Decreto	4.010	12/11/2001
Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais.		
Lei	11.526	04/10/2007	Decreto	3.887	16/08/2001
Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre o Auxílio-Alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.204	05/09/2007	Decreto	3.788	11/04/2001
Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.			Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.		
Lei	11.457	16/03/2007	Decreto	3.590	06/09/2000
Dispõe sobre a Administração Tributária Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal.		
Decreto	6.062	16/03/2007	Decreto	3.505	13/06/2000
Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.			Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.025	22/01/2007	Decreto	3.503	12/06/2000
Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e seu Comitê Gestor.			Dispõe, no âmbito do Poder Executivo da União, sobre o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, para o ano de 2000.		
Lei Complementar	124	03/01/2007	Lei	9.962	22/02/2000
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.			Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal.		
Lei Complementar	125	03/01/2007	Lei	9.784	29/01/1999
Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.			Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	5.992	19/12/2006	Decreto	2.880	15/12/1998
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Regulamenta o Auxílio-Transporte dos servidores e empregados públicos da Administração Federal.		
Lei	11.356	19/10/2006	Lei	9.636	15/05/1998
Dispõe sobre cargos e carreiras na Administração Pública Federal e sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR.			Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.		
Decreto	5.480	30/06/2005	Decreto	2.346	10/10/1997
Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.			Consolida normas de procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais.		
Lei	11.079	30/12/2004	Decreto	2.272	09/07/1997
			Dispõe sobre a instituição do Programa do Acompanhamento Gerencial de Gastos e Avaliação Institucional no âmbito da Administração Pública Federal.		
			Decreto	2.076	20/11/1996
			Regulamenta o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Decreto	1.590	10/08/1995	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.
Medida Provisória	805	30/12/1994	Dispõe sobre enquadramento de servidores na Administração Pública Federal.
Lei	8.884	11/07/1994	Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia.
Decreto	1.094	23/03/1994	Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.
Decreto	1.091	21/03/1994	Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.
Decreto	1.048	21/01/1994	Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal.
Lei	8.829	22/12/1993	Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.
Lei	8.745	09/12/1993	Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.
Decreto	977	10/11/1993	Dispõe sobre a assistência Pré-Escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos.
Lei	8.730	10/11/1993	Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
Lei	8.666	21/06/1993	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Lei	8.429	02/06/1992	Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.
Decreto	322	01/11/1991	Dispõe sobre a realização de despesa de pessoal.
Decreto	20	01/02/1991	Estabelece critérios e condições para transferências de recursos financeiros do Tesouro Nacional.
Lei	8.112	11/12/1990	Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
Decreto	99.658	30/10/1990	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.
Lei	8.029	12/04/1990	Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.
Decreto	99.202	04/04/1990	Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.
Decreto	99.167	13/03/1990	Dispõe sobre o refinanciamento, pela União, da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Lei	7.709	22/12/1988	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.
Lei	7.675	04/10/1988	Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização de recursos federais.
Decreto-Lei	2.465	31/08/1988	Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal.
Decreto-Lei	200	25/02/1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal.

Agricultura

Decreto	7.351	03/11/2010	Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e dá outras providências.
Decreto	7.339	20/10/2010	Dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 69 a 72 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.
Lei Complementar	137	26/08/2010	Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural e dá outras providências.
Decreto	7.137	29/03/2010	Concede desconto para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.
Decreto	7.127	04/03/2010	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Decreto	7.077	26/01/2010	Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.
Decreto	6.981	13/10/2009	Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.
Lei	11.959	29/06/2009	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
Decreto	6.597	06/10/2008	Dispõe sobre a concessão de bonus e rebates sobre financiamentos contratados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.
Lei	11.775	17/09/2008	Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.
Decreto	6.323	27/12/2007	Dispõe sobre a agricultura orgânica.
Decreto	5.996	20/12/2006	Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.
Lei	11.326	24/07/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Decreto	5.474	22/06/2005	Dispõe sobre o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA.
Lei	10.849	23/03/2004	Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.
Decreto	4.962	22/01/2004	Dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.
Decreto	4.157	12/03/2002	Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.
Decreto	3.993	30/10/2001	Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.
Decreto	3.991	30/10/2001	Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.
Lei	9.445	14/03/1997	Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.
Decreto	949	05/10/1993	Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.
Decreto	599	09/07/1992	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Altera a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.			Decreto	7.022	02/12/2009
Lei	4.504	30/11/1964	Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.		
Dispõe sobre o Estatuto da Terra.			Lei	12.096	24/11/1999
Lei Delegada	8	11/10/1962	Autoriza a concessão de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.		
Cria o Fundo Federal Agropecuário-FFAP no Ministério da Agricultura e dá outras providências.			Lei	11.892	29/12/2008
Assistência Social			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Medida Provisória	523	20/01/2011	Decreto	6.090	24/04/2007
Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.			Altera a composição e aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.		
Decreto	7.405	23/12/2010	Decreto	6.095	24/04/2007
Institui o Programa Pró-Catador.			Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Decreto	5.886	06/09/2006
Cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.332	19/10/2010	Lei	11.105	24/03/2005
Dispõe sobre o Programa Bolsa Família.			Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS.		
Decreto	7.334	19/10/2010	Lei	10.973	02/12/2004
Institui o Censo do Sistema único de Assistência Social - Censo SUAS.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.		
Decreto	7.300	14/09/2010	Lei	10.964	28/10/2004
Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Estende aos cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Decreto	7.237	20/07/2010	Decreto	5.253	25/10/2004
Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.			Dispõe sobre a extinção de cargos da Carreira Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.079	26/01/2010	Lei	10.860	14/04/2004
Aprova a Estrutura Regimental Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.			Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA do Ministério da Ciência e Tecnologia.		
Decreto		26/01/2010	Decreto	4.195	11/04/2002
Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de sistematização de programas sociais e mecanismos de participação social.			Institui mecanismos de financiamento para programas de ciência e tecnologia.		
Lei	12.212	20/01/2010	Decreto	4.179	02/04/2002
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.		
Lei	12.101	27/11/2009	Decreto	4.157	12/03/2002
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.			Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
Lei	11.888	24/12/2008	Lei	10.332	19/12/2001
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.		
Lei	10.219	11/04/2001	Decreto	3.874	19/07/2001
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".			Destina ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia.		
Decreto	2.536	06/04/1998	Decreto	3.866	16/07/2001
Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.			Destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Decreto	1.651	28/09/1995	Decreto	2.370	10/11/1997
Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.			Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Lei	8.742	07/12/1993	Decreto	1.791	15/01/1996
Dispõe sobre a organização da Assistência Social.			Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.		
Ciência e Tecnologia			Lei	8.691	28/07/1993
Medida Provisória	534	20/05/2011	Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.		
Dispõe sobre o Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico.			Lei	8.405	09/01/1992
Medida Provisória	510	28/10/2010	Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio.			Lei	8.010	29/03/1990
Medida Provisória	497	27/07/2010	Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.					
Decreto	7.175	12/05/2010			
Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Comércio e Serviços

Lei	12.385	03/03/2011	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País.
Decreto	7.381	02/12/2010	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.
Decreto	7.373	26/11/2010	Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do Meio Norte.
Decreto	7.358	17/11/2010	Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional.
Decreto	6.705	19/12/2008	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.
Lei	11.771	17/09/2008	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.
Decreto	6.546	25/08/2008	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Turismo.
Lei	11.727	23/06/2008	Dispõe sobre as medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e modernização do setor de turismo.
Lei	11.637	28/12/2007	Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.
Lei	11.097	13/01/2005	Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.
Decreto	4.898	26/11/2003	Transfere competências do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para o Ministério do Turismo.
Lei	9.993	24/07/2000	Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e para o setor de ciência e tecnologia.
Decreto	448	14/02/1992	Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.
Lei	8.181	28/03/1991	Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.
Lei	7.966	22/12/1989	Autoriza a negociação ou troca de Certificados de Investimentos, nos Fundos de Investimentos Setorial de Turismo, Pesca, Florestamento e Reflorestamento.

Comunicação

Decreto	7.512	30/06/2011	Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU.
Decreto	7.462	19/04/2011	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.
Decreto	6.654	20/11/2008	Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.
Lei	11.652	07/04/2008	Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.
Decreto	6.227	08/10/2007	Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.
Decreto	5.102	11/06/2004	Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.
Decreto	4.901	26/11/2003	Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.
Decreto	4.733	10/06/2003	

Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.

Decreto	4.037	29/11/2001	Dispõe sobre o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.
Decreto	3.896	23/08/2001	Dispõe sobre a regência dos serviços de telecomunicações.
Decreto	3.753	19/02/2001	Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Profissionalizante.
Decreto	3.737	30/01/2001	Dispõe sobre a regulamentação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das telecomunicações - FUNTTEL.
Lei	10.052	28/11/2000	Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.
Decreto	3.624	05/10/2000	Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.
Lei	9.998	17/08/2000	Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
Decreto	2.338	07/10/1997	Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.
Lei	5.303	03/07/1967	Dispõe sobre o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
Lei	5.070	06/07/1966	Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
Decreto	53.352	26/12/1963	Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.
Lei	4.117	27/08/1962	Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Cultura

Decreto	7.387	09/12/2010	Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.
Lei	12.343	02/12/2010	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.
Decreto	7.000	09/11/2009	Transfere da estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Cultura o Conselho Superior do Cinema.
Decreto	6.835	30/04/2009	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura.
Lei	11.906	20/01/2009	Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.
Decreto	6.630	04/11/2008	Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.
Lei	11.646	10/03/2008	Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.
Decreto	6.299	12/12/2007	Destina recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.
Lei	11.437	28/12/2006	Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.
Lei	11.329	25/07/2006	Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.
Lei	11.233	22/12/2005	Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.
Decreto	5.520	24/08/2005	Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.

Emenda Constitucional 48 10/08/2005
Institui o Plano Nacional de Cultura.

Lei 10.753 30/10/2003
Institui a Política Nacional do Livro.

Decreto 4.747 16/06/2003
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.

Decreto 4.456 04/11/2002
Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.

Lei 10.454 13/05/2002
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.

Decreto 3.891 17/08/2001
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.

Decreto 3.551 04/08/2000
Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

Lei 8.313 23/12/1991
Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.

Decreto 99.492 03/09/1990
Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.

Lei 7.505 02/07/1986
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.

Defesa Nacional

Decreto 7.496 08/06/2011
Institui o Plano Estratégico de Fronteiras.

Decreto 7.473 05/05/2011
Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.

Decreto 7.438 11/02/2011
Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.

Decreto 7.436 03/02/2011
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.

Lei 12.379 06/01/2011
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV.

Decreto 7.424 05/01/2011
Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

Lei 12.340 01/12/2010
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Decreto 7.299 10/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército, do Ministério da Defesa.

Lei Complementar 136 25/08/2010
Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplina as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.

Medida Provisória 494 02/07/2010
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.

Lei 12.257 15/06/2010
Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.

Decreto 7.168 05/05/2010

Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil.

Decreto 7.097 04/02/2010
Dispõe sobre a distribuição do efetivo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, em tempo de paz.

Decreto 7.070 26/01/2010
Dispõe Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval - CPFGCN.

Decreto 6.883 25/06/2009
Dispõe sobre o ensino na Marinha.

Decreto 6.854 25/05/2009
Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.

Decreto 6.834 30/04/2009
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa.

Lei 11.907 02/02/2009
Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.

Decreto 6.703 18/12/2008
Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.

Decreto 6.511 17/07/2008
Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.

Lei 11.458 19/03/2007
Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.

Decreto 5.751 12/04/2006
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.

Decreto 5.417 13/04/2005
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

Decreto 5.417 13/04/2005
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

Decreto 5.013 11/03/2004
Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID.

Lei 10.834 29/12/2003
Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.

Decreto 4.801 06/08/2003
Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.

Decreto 4.346 26/08/2002
Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.

Decreto 4.179 02/04/2002
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.

Lei 10.332 19/12/2001
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.

Decreto 3.947 01/10/2001
Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.

Emenda Constitucional 23 02/09/1999
Dispõe da criação do Ministério da defesa.

Decreto 2.963 24/02/1999
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.

Decreto 2.299 13/08/1997
Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos Auxiliares Locais, no exterior.

Decreto 1.339 20/12/1994
Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendido às Forças Armadas.

Lei 8.183 11/04/1991

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.			Decreto		08/07/2011
			Convoca a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social - CONSOCIAL.		
Decreto	98.044	14/08/1989	Decreto	7.492	02/06/2011
Aprova novo Estatuto da Fundação Habitacional do Exército.			Institui o Plano Brasil Sem Miséria.		
Desporto e Lazer			Decreto		01/06/2011
Decreto	7.529	21/07/2011	Convoca a III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.		
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte.			Decreto		18/05/2011
Lei	12.396	21/03/2011	Convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.		
Dispõe sobre a constituição do consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.			Decreto		15/03/2011
Decreto	7.319	28/09/2010	Convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.		
Trata da aplicação do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.			Lei	12.393	04/03/2011
Medida Provisória	503	22/09/2010	Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.		
Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.			Decreto		03/02/2011
Medida Provisória	502	20/09/2010	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta de protocolo nacional de diretrizes e procedimentos para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.		
Institui normas gerais sobre desporto, cria a Bolsa-Atleta e os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.			Decreto	7.395	22/12/2010
Decreto	7.258	05/08/2010	Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.		
Cria a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.			Emenda Constitucional	67	22/12/2010
Lei	12.299	27/07/2010	Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.		
Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.			Decreto	7.388	09/12/2010
Medida Provisória	497	27/07/2010	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.		
Institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.			Decreto		08/12/2010
Medida Provisória	496	19/07/2010	Convoca a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social - Consocial.		
Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Decreto	7.261	12/08/2010
Medida Provisória	488	12/05/2010	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.		
Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.			Lei	12.288	20/07/2010
Medida Provisória	489	12/05/2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial.		
Autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica - APO.			Lei	12.260	21/06/2010
Decreto		14/01/2010	Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.		
Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.			Decreto	7.158	20/04/2010
Decreto	7.034	15/12/2009	Autoriza a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a dar cumprimento a sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.		
Dispõe sobre a divulgação por meio do Portal da Transparência, dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014.			Lei	12.227	12/04/2010
Decreto	7.033	15/12/2009	Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.		
Divulga, por meio do Portal da Transparência dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Decreto		08/03/2010
Lei	12.035	01/10/2009	Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de criação do Memorial da Mulher Brasileira.		
Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Lei	12.213	20/01/2010
Decreto	6.180	03/08/2007	Institui o Fundo Nacional do Idoso.		
Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.			Decreto	6.998	05/11/2009
Lei	11.438	29/12/2006	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.		
Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.			Decreto	6.861	27/05/2009
Decreto	4.201	18/04/2002	Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências.			Decreto	5.167	03/08/2004
Lei	9.615	24/03/1998	Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.		
Institui normas gerais sobre desporto.			Lei	10.639	09/01/2003
Decreto	2.370	10/11/1997	Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.			Decreto	4.228	13/05/2002
Direitos da Cidadania			Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.		
			Lei	9.240	22/12/1995

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Ratifica o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Decreto 1.196 14/07/1994
Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.

Lei 7.853 24/01/1989
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.

Educação

Lei 12.443 15/07/2011
Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE - FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão, a serem alocados no Ministério da Educação e dá outras providências.

Lei 12.416 09/06/2011
Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.

Decreto 7.485 18/05/2011
Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto.

Medida Provisória 533 10/05/2011
Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.

Medida Provisória 530 25/04/2011
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública.

Decreto 7.448 03/03/2011
Dá nova redação aos arts. 1º e 4º do Decreto no 5.274, de 18 de novembro de 2004, que institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste.

Medida Provisória 525 14/02/2011
Dispõe sobre admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino.

Decreto 7.416 30/12/2010
Dispõe sobre a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.

Decreto 7.415 30/12/2010
Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

Decreto 7.397 22/12/2010
Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão.

Decreto 7.352 04/11/2010
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Decreto 7.338 20/10/2010
Dispõe sobre a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC.

Decreto 7.337 20/10/2010
Dispõe sobre as condições de amortização dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.

Decreto 7.313 22/09/2010
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Lei 12.306 06/08/2010
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.

Decreto 7.243 26/07/2010
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.

Decreto 7.234 19/07/2010
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Decreto 7.233 19/07/2010
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.

Decreto 30/06/2010

Institui o Comitê Interministerial responsável pela organização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

Medida Provisória 492 29/06/2010
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública.

Decreto 7.219 24/06/2010
Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.

Lei 12.249 11/06/2010
Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE. Institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira.

Lei 12.244 24/05/2010
Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

Medida Provisória 484 30/03/2010
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal e institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.

Decreto 7.083 27/01/2010
Dispõe sobre o Programa Mais Educação.

Decreto 7.084 27/01/2010
Dispõe sobre os programas de material didático.

Decreto 7.082 27/01/2010
Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.

Lei 12.189 12/01/2010
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

Decreto 7.022 02/12/2009
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Emenda Constitucional 59 11/11/2009
Reduz o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Decreto 6.986 20/10/2009
Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Lei 12.014 06/08/2009
Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

Lei 11.947 16/06/2009
Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Decreto 6.861 27/05/2009
Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.

Decreto 6.755 20/01/2009
Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Lei 11.892 29/12/2008
Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Decreto 6.629 04/11/2008
Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.

Lei 11.740 16/07/2008
Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

Lei 11.738 16/07/2008
Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Decreto 6.494 30/06/2008
Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.692	10/06/2008	educação - "Bolsa Escola".		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.					
Decreto	6.319	20/12/2007	Decreto	4.281	25/06/2002
Aprova a Estrutura Regimental do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.			Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.320	20/12/2007	Lei	10.219	11/04/2001
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	6.286	05/12/2007	Lei	10.172	09/01/2001
Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.			Aprova o Plano Nacional de Educação.		
Decreto	6.253	13/11/2007	Decreto	3.276	06/12/1999
Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.			Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.		
Decreto	6.094	24/04/2007	Lei	9.795	27/04/1999
Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.			Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.095	24/04/2007	Lei	9.766	19/12/1998
Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.			Altera a legislação que rege o salário-educação.		
Decreto	6.092	24/04/2007	Decreto	2.406	27/11/1997
Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Emenda Constitucional	53	19/12/2006	Decreto	2.370	10/11/1997
Trata da Contribuição Salário Educação.			Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Lei	11.352	11/10/2006	Lei	9.394	20/12/1996
Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.			Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.		
Decreto	5.840	13/07/2006	Lei	8.948	08/12/1994
Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Decreto	5.773	09/05/2006	Decreto	734	28/01/1993
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior.			Transfere e cria, por transformação, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto.		
Decreto	6.003	28/02/2006	Lei	8.405	09/01/1992
Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação.			Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Lei	11.273	06/02/2006	Decreto	70.025	24/01/1972
Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.			Classifica os órgãos de deliberação coletiva existentes na área do Ministério da Educação e Ministério da Cultura.		
Decreto	5.622	19/12/2005	Energia		
Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional.			Decreto	7.520	08/07/2011
Lei	11.180	23/09/2005	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.		
Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.			Decreto	7.403	23/12/2010
Lei	11.096	13/01/2005	Estabelece regra de transição para destinação das parcelas de Royalties e da participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural, e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal.		
Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Lei	12.351	22/12/2010
Lei	11.091	12/01/2005	Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal, cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos.		
Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.			Decreto	7.402	22/12/2010
Lei	10.880	09/06/2004	Dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.		
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.			Decreto	7.342	26/10/2010
Lei	10.870	19/05/2004	Cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.		
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.			Decreto	7.324	05/10/2010
Lei	10.861	14/04/2004	Dispõe sobre o Programa Luz para Todos.		
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.			Decreto	7.320	28/09/2010
Decreto	4.875	11/11/2003	Regulamenta a forma de habilitação e cohabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.		
Institui o "Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior" no âmbito do Ministério da Educação.			Decreto		10/09/2010
Lei	10.639	09/01/2003	Autoriza o aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás.		
Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.			Lei	12.304	02/08/2010
Decreto	4.313	24/07/2002			
Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.			Decreto	3.739	31/01/2001
Lei	12.276	30/06/2010	Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.		
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros Hidrocarbonetos.			Lei	9.991	24/07/2000
Decreto	7.204	08/06/2010	Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Decreto	7.183	24/05/2010	Decreto	2.335	06/10/1997
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.		
Decreto	7.154	09/04/2010	Lei	9.427	26/12/1996
Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - Eletrobrás.			Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANNEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.		
Decreto	7.154	09/04/2010	Lei	8.631	04/03/1993
Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.			Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.		
Lei	12.212	20/01/2010	Lei	7.990	28/12/1989
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.		
Lei	12.111	09/12/2009	Decreto-Lei	2.432	17/05/1988
Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.			Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.		
Decreto	6.902	20/07/2009			
Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.			Essencial à Justiça		
Lei	11.943	28/05/2009	Lei	11.967	06/07/2009
Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.			Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.		
Decreto	6.781	18/02/2009	Lei	10.907	15/07/2004
Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento do processo de licitação de concessões.			Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.		
Decreto	5.667	10/01/2006	Lei	10.771	21/11/2003
Aprova a Estrutura Regimental da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Membros do Ministério Público da União.		
Decreto	5.267	09/11/2004	Lei	10.480	02/07/2002
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.			Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.		
Decreto	5.177	12/08/2004	Decreto	3.917	13/09/2001
Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		
Decreto	5.163	30/07/2004	Lei	9.028	12/04/1995
Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.			Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União em caráter emergencial e provisório.		
Decreto	5.070	06/05/2004	Lei Complementar	75	20/05/1993
Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.			Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.		
Lei	10.848	15/03/2004	Decreto-Lei	2.268	13/03/1985
Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.			Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público Federal.		
Decreto	4.932	23/12/2003	Lei	4.439	27/10/1964
Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.			Fixa os vencimentos de Magistrados e de membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União.		
Lei	10.762	11/11/2003	Função Judiciária		
Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.			Lei	12.420	15/06/2011
Lei	10.438	26/04/2002	Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.		
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.			Decreto	7.427	13/01/2011
Decreto	4.131	14/02/2002	Dá nova redação ao Decreto no 7.426, que dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.		
Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.			Decreto	7.426	07/01/2011
Lei	10.310	22/11/2001	Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD para o Ministério da Justiça, bem como sobre remanejamento de cargos.		
Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.			Decreto	6.950	26/08/2009
Lei	10.295	17/10/2001	Dispõe sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.		
Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.			Decreto	6.515	22/07/2008
Medida Provisória	2.209	29/08/2001	Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental.		
Autoriza a União a criar a Comercialização Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.			Lei	11.697	13/06/2008
Medida Provisória	2.198	24/08/2001			
Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.			Lei	12.187	29/12/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.
Lei	11.416	15/12/2006	Decreto	7.029	10/12/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".
Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.			Lei	12.114	09/12/2009	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima-FNMC.
Função Legislativa			Decreto Legislativo	899	01/12/2009	Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.
Lei	12.256	15/06/2010	Decreto	7.008	12/11/2009	Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.
Reestrutura a remuneração dos cargos de natureza especial, altera a tabela de fatores da Gratificação de Atividade Legislativa devida aos servidores efetivos da Câmara dos Deputados.			Decreto	6.985	20/10/2009	Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
Emenda Constitucional	58	23/09/2009	Decreto	6.981	13/10/2009	Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.
Trata das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais.			Decreto	6.874	05/06/2009	Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.
Decreto Legislativo - Senado Federal	113	04/06/2007	Decreto	6.792	10/03/2009	Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
Fixa o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.			Decreto	6.565	15/09/2008	Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.
Decreto Legislativo - Senado Federal	112	04/06/2007	Decreto	6.514	22/07/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.
Fixa o subsídio dos membros do Congresso Nacional.			Decreto	6.515	22/07/2008	Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental.
Lei	10.697	02/07/2003	Decreto	6.469	30/05/2008	Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.
Dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais.			Decreto	6.099	26/04/2007	Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
Decreto	4.596	17/02/2003	Decreto	6.101	26/04/2007	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.
Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIAL.			Decreto	5.995	19/12/2006	Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGI-B.
Emenda Constitucional	25	14/02/2000	Lei	11.284	02/03/2006	Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.
Dispõe sobre limites de despesas com o Poder Legislativo Municipal.			Decreto	5.577	08/11/2005	Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.
Emenda Constitucional	7	15/08/1995	Decreto	4.326	08/08/2002	Institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.
Dispõe sobre a adoção de Medidas Provisórias.			Decreto	4.293	02/07/2002	Disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.
Decreto Legislativo	33	16/12/1994	Lei	10.410	11/01/2002	Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.
Disciplina as relações jurídicas.			Lei	10.165	27/12/2000	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
Decreto Legislativo - Senado Federal	9	21/05/1990	Decreto	3.524	26/06/2000	Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.
Ratifica o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.			Lei	9.795	27/04/1999	
Gestão Ambiental						
Decreto	7.515	08/07/2011				
Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.						
Decreto	7.490	02/06/2011				
Altera a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.						
Medida Provisória	535	02/06/2011				
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.						
Decreto	7.404	23/12/2010				
Cria o Comitê Internacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística reversa.						
Decreto	7.390	09/12/2010				
Dispõe sobre a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.						
Decreto	7.378	01/12/2010				
Aprova o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal - Macro-ZEE da Amazônia Legal.						
Decreto	7.343	26/10/2010				
Dispõe sobre a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC.						
Decreto	7.340	21/10/2010				
Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu.						
Decreto		15/09/2010				
Institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado - PPCerrado, institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial.						
Lei	12.305	02/08/2010				
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.						
Decreto	7.167	05/05/2010				
Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.						
Decreto	7.154	09/04/2010				
Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.						

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Lei 9.433 08/01/1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Lei 8.746 09/12/1993

Cria mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

Decreto Legislativo 2 17/03/1992

Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Decreto 99.274 06/06/1990

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Lei 7.797 10/07/1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Lei 7.735 22/02/1989

Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Lei 6.938 31/08/1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Lei 6.803 02/06/1980

Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.

Habitação

Decreto 7.499 16/06/2011

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Lei 12.424 16/06/2011

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.

Decreto 7.366 25/11/2010

Autoriza a integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab

Lei 12.112 09/12/2009

Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.

Lei 12.024 27/08/2009

Dispõe sobre os contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

Lei 11.977 07/07/2009

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Decreto 6.820 13/04/2009

Dispõe sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular - CPFHAb.

Lei 11.888 24/12/2008

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

Lei 11.578 26/11/2007

Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

Lei 11.124 16/06/2005

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Decreto 5.345 18/01/2005

Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

Lei 10.998 15/12/2004

Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.

Lei 10.840 11/02/2004

Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.

Lei 8.709 23/09/1993

Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.

Decreto 640 26/08/1992

Autoriza a Caixa Econômica Federal a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para saldar compromissos com contratos de financiamento de habitação popular.

Decreto 97.548 01/03/1989

Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.

Decreto-Lei 2.291 21/11/1986

Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH.

Indústria

Lei 12.249 11/06/2010

Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE. Institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira.

Decreto 7.096 04/02/2010

Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Decreto 6.234 11/10/2007

Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.

Decreto 6.233 11/10/2007

Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.

Lei 11.484 31/05/2007

Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.

Lei 11.437 28/12/2006

Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.

Lei 11.329 25/07/2006

Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.

Lei 10.454 13/05/2002

Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.

Decreto 949 05/10/1993

Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.

Organização Agrária

Decreto 7.352 04/11/2010

Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Decreto 7.215 15/06/2010

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.

Lei 12.188 11/01/2010

Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.

Decreto 7.029 10/12/2009

Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".

Decreto 6.992 28/10/2009

Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União.

Decreto 6.672 02/12/2008

Trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Previdência Social

Decreto 7.331 19/10/2010

Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social.

Lei 12.254 15/06/2010

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.

Decreto 7.078 26/01/2010

Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	6.765	10/02/2009	Decreto	7.064	14/01/2010
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.			Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e o Chile.		
Lei	11.720	20/06/2008	Decreto	7.030	14/12/2009
Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.			Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.		
Lei	11.543	13/11/2007	Lei	12.117	14/12/2009
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.		
Decreto	6.019	22/01/2007	Decreto	5.151	22/07/2004
Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.			Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.		
Lei	11.302	10/05/2006	Decreto	4.801	06/08/2003
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.		
Emenda Constitucional	47	05/07/2005	Decreto	1.983	14/08/1996
Dispõe sobre a reforma da Previdência Social.			Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.		
Lei	10.887	18/06/2004	Lei	8.829	22/12/1993
Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.			Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.		
Lei	10.855	01/04/2004	Saneamento		
Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.			Lei	12.305	02/08/2010
Lei	10.483	03/07/2002	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.		
Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.			Decreto	7.217	21/06/2010
Lei	10.355	26/12/2001	Dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.		
Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.			Decreto	6.942	18/08/2009
Decreto	3.788	11/04/2001	Institui o Biênio Brasileiro do Saneamento - 2009-2010.		
Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.			Lei	11.445	05/01/2007
Decreto	3.048	06/05/1999	Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.		
Aprova o Regulamento da Previdência Social.			Decreto	1.675	13/10/1995
Decreto	894	16/08/1993	Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.		
Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para amortização de dívidas junto à Previdência Social.			Saúde		
Lei	8.689	27/07/1993	Lei	12.438	06/07/2011
Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.			Altera a Lei 8.689, de 27 de julho de 1993, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.		
Lei	8.647	13/04/1993	Decreto	7.508	28/06/2011
Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.			Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.		
Lei	6.887	10/12/1980	Lei	12.401	28/04/2011
Altera a legislação da Previdência Social Urbana.			Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Lei	6.439	01/09/1977	Decreto	7.461	18/04/2011
Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.			Prorroga o prazo de efetivação da transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde para o Ministério da Saúde.		
Lei	6.125	04/11/1974	Decreto		03/03/2011
Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.			Convoca a 14ª Conferência Nacional de Saúde.		
Relações Exteriores			Decreto	7.395	22/12/2010
Decreto	7.374	26/11/2010	Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.		
Cria o Comissariado Brasileiro para coordenar a participação do Brasil no Festival Internacional Eurolalia 2011.			Decreto	7.385	08/12/2010
Decreto	7.304	22/09/2010	Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.			Decreto		06/12/2010
Lei	12.292	20/07/2010	Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEIESPII).		
Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.			Decreto		01/12/2010
Decreto		30/06/2010	Convoca a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.		
Institui o Comitê Interministerial responsável pela organização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.			Decreto	7.335	19/10/2010
Lei	12.271	24/06/2010	Aprova o Estatuto da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.		
Autoriza o Poder Executivo a doar 3 aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.					
Decreto Legislativo	75	25/01/2010			
Autoriza o aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.272	25/08/2010	Alimentação".		
Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.			Lei	10.216	06/04/2001
Decreto	7.235	19/07/2010	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.		
Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.			Lei	10.191	14/02/2001
Lei	12.269	21/06/2010	Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.		
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Decreto	3.745	05/02/2001
Decreto	7.186	27/05/2010	Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.		
Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.			Emenda Constitucional	29	13/09/2000
Decreto		29/04/2010	Assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.		
Convoca a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial.			Lei	9.961	28/01/2000
Decreto	7.121	03/03/2010	Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Decreto	3.327	05/01/2000
Emenda Constitucional	63	04/02/2010	Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
Dispõe sobre diretrizes para os Planos das Carreiras dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.			Lei	9.836	23/09/1999
Decreto	7.082	27/01/2010	Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.			Decreto	3.156	27/08/1999
Lei	12.190	13/01/2010	Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.		
Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.			Lei	9.656	03/06/1998
Lei	12.117	14/12/2009	Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		
Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.			Decreto	2.536	06/04/1998
Lei	12.116	10/12/2009	Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.		
Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.			Lei	9.434	04/02/1997
Decreto	7.003	09/11/2009	Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.		
Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da Administração Federal.			Decreto	1.651	28/09/1995
Decreto	6.833	29/04/2009	Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.		
Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Decreto	1.232	30/08/1994
Lei	11.903	14/01/2009	Dispõe sobre as condições e a forma de repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.		
Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.			Lei	8.853	04/02/1994
Decreto	6.286	05/12/2007	Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.		
Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.			Lei	8.142	28/12/1990
Lei	11.543	13/11/2007	Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Lei	8.080	19/09/1990
Lei	11.387	14/12/2006	Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.			Lei	5.026	14/06/1966
Lei	11.355	19/10/2006	Estabelece normas gerais para a instituição e execução de campanhas de saúde pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Segurança Pública		
Decreto	5.090	20/05/2004	Decreto	7.443	23/02/2011
Institui o programa "Farmácia Popular do Brasil".			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e sobre o projeto Bolsa-Formação.		
Lei	10.850	25/03/2004	Decreto	7.413	30/12/2010
Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.		
Decreto	4.978	03/02/2004	Lei	12.340	01/12/2010
Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.		
Decreto	4.727	09/06/2003	Decreto	7.318	28/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.			Regulamenta a participação de servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação federativa.		
Decreto	3.964	10/10/2001	Decreto	7.257	04/08/2010
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde.			Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.		
Medida Provisória	2.206	06/09/2001	Medida Provisória	494	02/07/2010
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.245	24/05/2010	Lei	10.483	03/07/2002
Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Decreto	3.745	05/02/2001
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.		
Lei	12.106	07/12/2009	Lei	10.101	19/12/2000
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.		
Decreto	6.950	26/08/2009	Lei	9.719	27/11/1998
Dispõe sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.			Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.		
Decreto	6.490	19/06/2008	Lei	9.601	21/01/1998
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.		
Lei	11.530	24/10/2007	Lei	9.322	05/12/1996
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.		
Lei	11.473	10/05/2007	Decreto	1.590	10/08/1995
Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.			Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.		
Lei	11.343	23/08/2006	Lei	8.036	11/05/1990
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.		
Decreto	5.289	29/11/2004	Decreto	97.936	10/07/1989
Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.			Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.		
Decreto	4.553	27/12/2002	Transporte		
Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos no âmbito da Administração Pública Federal.			Lei	12.409	25/05/2011
Lei	10.201	14/02/2001	Autoriza o DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.			Lei	12.404	04/05/2011
Decreto	3.505	13/06/2000	Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho Rio de Janeiro/RJ e Campinas/SP.		
Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.			Medida Provisória	511	05/11/2010
Decreto	1.093	23/03/1994	Dispõe sobre a garantia de financiamento de até R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) entre o BNDES e o concessionário que irá explorar o Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Dispõe sobre o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Decreto	7.262	12/08/2010
Lei Complementar	79	07/01/1994	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Portos da Presidência da República.		
Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Decreto		18/06/2010
Trabalho			Autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.		
Lei	12.440	07/07/2011	Lei	12.247	27/05/2010
Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.			Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Decreto		24/11/2010	Decreto	6.550	27/08/2008
Convoca a 1a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - CNETD.			Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.		
Decreto		24/11/2010	Decreto	6.256	13/11/2007
Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Lei	12.255	15/06/2010	Decreto	5.765	27/04/2006
Estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023.			Aprova a Estrutura Regimental do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes -DNIT.		
Lei	11.543	13/11/2007	Decreto	4.721	05/06/2003
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes.		
Lei Complementar	123	14/12/2006	Lei	10.233	05/06/2001
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.		
Lei	11.355	19/10/2006	Decreto	1.832	04/03/1996
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.		
Decreto		31/07/2003	Decreto	1.333	08/12/1994
Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.			Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias e eclusas.		
Decreto	4.796	29/07/2003	Lei	8.706	14/09/1993
Institui o Fórum Nacional do Trabalho.			Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.		
Decreto	4.552	27/12/2002			
Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	5.917	10/09/1973
Aprova o Plano Nacional de Viação.		
Urbanismo		
Decreto	7.469	04/05/2011
Cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE; institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.		
Lei	12.112	09/12/2009
Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Lei	11.977	07/07/2009
Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Lei	11.952	25/06/2009
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.		
Decreto Legislativo	8	23/09/2003
Autoriza a execução de contratos para os serviços e obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador.		
Decreto	4.665	03/04/2003
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Cidades.		
Lei	10.257	10/07/2001
Estabelece diretrizes gerais da política urbana.		
Lei	8.677	13/07/1993
Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social.		
Decreto Legislativo	44	14/06/1989
Transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.		

